

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE BIBLIOTECONOMIA E COMUNICAÇÃO
CURSO DE JORNALISMO

Daniel da Silva Baptista

OS SENTIDOS DA COBERTURA DO JORNAL ZERO HORA SOBRE A
REINTEGRAÇÃO DE POSSE DA OCUPAÇÃO LANCEIROS NEGROS EM PORTO
ALEGRE

Porto Alegre

2023

Daniel da Silva Baptista

OS SENTIDOS DA COBERTURA DO JORNAL ZERO HORA SOBRE A
REINTEGRAÇÃO DE POSSE DA OCUPAÇÃO LANCEIROS NEGROS EM PORTO
ALEGRE

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado como requisito parcial para
obtenção do grau de Bacharel em Jornalismo
da Faculdade de Biblioteconomia e
Comunicação da Universidade Federal do
Rio Grande do Sul.

Orientador: Prof. Dr. Basilio Alberto Sartor

Porto Alegre

2023

Daniel da Silva Baptista

OS SENTIDOS DA COBERTURA DO JORNAL ZERO HORA SOBRE A
REINTEGRAÇÃO DE POSSE DA OCUPAÇÃO LANCEIROS NEGROS EM PORTO
ALEGRE

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado
como requisito parcial para obtenção do grau de
Bacharel em Jornalismo da Faculdade de
Biblioteconomia e Comunicação da Universidade
Federal do Rio Grande do Sul.

Orientador: Prof. Dr. Basilio Alberto Sartor

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Basilio Alberto Sartor – UFRGS
Orientador

Prof^a. Dr^a. Marcia Benetti – UFRGS
Examinadora

Me. Luís Eduardo Tebaldi Gomes
Examinador

Porto Alegre
2023

AGRADECIMENTOS

Aos meus pais, Cristiane e Eduardo, por todo o amor e apoio que sempre me deram. À Jade, por estar ao meu lado durante a segunda metade da minha trajetória na graduação.

Ao meu orientador Basilio, que foi o primeiro e o último professor com quem tive o privilégio de trocar aprendizados durante o curso, agradeço a paciência, incentivo e por ter aceitado essa parceria. Também agradeço a todos os professores e funcionários da UFRGS.

Agradeço a todos os meus colegas e amigos que fiz nesses quase seis anos de Fabico, onde vivi momentos que vou guardar para o resto da vida. Principalmente enquanto bolsista da UFRGS TV, local em que me formei profissionalmente.

Por fim, agradeço a UFRGS e a todos que lutam para que tenhamos um ensino público e de qualidade. Que no nosso horizonte esteja uma universidade cada vez mais popular e democrática.

RESUMO

O presente trabalho analisa o discurso do jornal Zero Hora sobre a ação de reintegração de posse da Ocupação Lanceiros Negros, em Porto Alegre (RS), ocorrida em junho de 2017. A análise é realizada sob uma perspectiva da teoria marxista do jornalismo, proposta por Genro Filho (2012), que considera o jornalismo como uma forma de conhecimento cristalizada no singular. A pesquisa também apresenta os conceitos de direito à cidade e luta por moradia, além de evidenciar o déficit habitacional existente no Brasil e em Porto Alegre. O corpus da pesquisa é composto por 15 textos publicados no jornal entre os dias 15 e 20/06/2017. Na análise de discurso empregada, foram identificadas 81 Sequências Discursivas (SDs), que foram divididas em duas Formações Discursivas (FDs): a FD1 – defesa da ordem burguesa, em que estão presentes os sentidos que trazem a ideia de reafirmação do sistema político-econômico atual, sendo eles: 1) a ação como um “exagero” ou erro pontual do Estado; 2) consequências para a política institucional; 3) justificativa da ação dentro da legalidade jurídica; 4) reprodução da lógica jurídico policial; 5) contrariedade à ocupações, 5) resolução dentro do sistema político-econômico vigente, e a FD2 - denúncia social, que estão contidos os sentidos relacionados aos problemas causados pelo sistema político-econômico atual, que são: 1) vulnerabilidade social; 2) problema da moradia; 3) retratação da violência; 4) fontes e apresentação do movimento; 5) questionamento da lei. O estudo conclui que o discurso funcionalista é predominante na cobertura da ZH sobre o acontecimento, à medida que não aprofunda a contextualização sócio-histórica do conflito nem propõe uma ruptura com a ordem que nega o direito à moradia.

Palavras-chave: Jornalismo; luta por moradia; Ocupação urbana; Zero Hora; Discurso; Funcionalismo.

ABSTRACT

The present work analyzes the discourse of the newspaper Zero Hora on the repossession action of the Ocupação Lanceiros Negros, in Porto Alegre (RS), which took place in June 2017. The analysis is carried out from the perspective of the Marxist theory of journalism, proposed by Genro Filho (2012), who considers journalism as a form of knowledge crystallized in the singular. The research also presents the concepts of the right to the city and the struggle for housing, in addition to highlighting the existing housing deficit in Brazil and Porto Alegre. The research corpus consists of 15 texts published in the newspaper between 06/15 and 06/20/2017. In the discourse analysis used, 81 Discursive Sequences (SDs) were identified, which were divided into two Discursive Formations (DFs): the DF1 - defense of the bourgeois order, in which the meanings that bring the idea of reaffirmation of the political-system are present. current economic situation, namely: 1) the action as an “exaggeration” or occasional error by the State; 2) consequences for institutional policy; 3) justification of the action within the legal framework; 4) reproduction of the police legal logic; 5) opposition to the occupations, 5) resolution within the current political-economic system, and FD2 - social complaint, which contain the meanings related to the problems caused by the current political-economic system, which are: 1) social vulnerability; 2) housing problem; 3) portrayal of violence; 4) sources and presentation of the movement; 5) questioning the law. The study concludes that the functionalist discourse is predominant in ZH's coverage of the event, as it does not deepen the socio-historical context of the conflict nor does it propose a break with the order that denies the right to housing.

Keywords: Journalism; Struggle for housing; Urban occupation; Zero Hora; Speech; Functionalism.

LISTA DE QUADROS

Quadro 01: Corpus da pesquisa.....	41
Quadro 02: Descrição das matérias.....	42
Quadro 03: Lista de Formações Discursivas e sentidos.....	44

1. INTRODUÇÃO	10
2. O JORNALISMO E SEU POTENCIAL DE TRANSFORMAR A REALIDADE ..	13
2.1 Park e a notícia como forma de conhecimento	13
2.2 Adelmo Genro Filho e a teoria marxista do jornalismo.....	16
2.2.1 Jornalismo como forma de conhecimento cristalizada no singular ...	17
2.2.2 Visão marxista do jornalismo	18
2.2.3 O lead e a técnica da pirâmide invertida.....	20
2.3 Avanços na teoria de Adelmo Genro Filho.....	20
3. CONSTRUÇÃO DE UMA OCUPAÇÃO URBANA.....	23
3.1 O Direito à Cidade.....	23
3.2 A situação brasileira.....	25
3.3 Programas sociais do Estado.....	28
3.3.1 Minha Casa, Minha Vida	28
3.4 Ocupações como alternativa dos movimentos de luta por moradia	30
3.5 A situação de Porto Alegre	31
3.6 A Ocupação Lanceiros Negros	32
3.7 A reintegração de posse	34
3.8 A luta por moradia na imprensa	35
4. ANÁLISE DA COBERTURA DE ZERO HORA SOBRE A REINTEGRAÇÃO DE POSSE DA OCUPAÇÃO LANCEIROS NEGROS	37
4.1 A Zero Hora.....	37
4.2 A análise de discurso	39
4.3 O corpus da pesquisa	40
4.4 Os sentidos	43
4.4.1 FD defesa da ordem burguesa.....	45
4.4.1.1 A ação como um “exagero” ou erro pontual do Estado	45
4.4.1.2 Consequências para a política institucional.....	46

4.4.1.3 Justificativa da ação dentro da legalidade jurídica	49
4.4.1.4 Reprodução da lógica jurídico policial	50
4.4.1.5 Contrariedade à ocupações.....	51
4.4.1.6 Resoluções dentro do sistema político-econômico vigente	52
4.4.2 FD denúncia social	52
4.4.2.1 Vulnerabilidade social.....	53
4.4.2.2 Problema da moradia	54
4.4.2.3 Retratação da violência	54
4.4.2.4 Fontes e apresentação do movimento	56
4.4.2.5 Questionamento da lei.....	56
4.5 Síntese da análise.....	57
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	59
REFERÊNCIAS.....	62
ANEXO A - T1.....	68
ANEXO B – T2 e T3.....	69
ANEXO C – T4, T5 e T6	70
ANEXO D – T7.....	71
ANEXO E – T7 e T8.....	72
ANEXO F – T9	73
ANEXO G – T10.....	74
ANEXO H – T11 e T12.....	75
ANEXO I – T12 e T13	76
ANEXO J – T14	77
ANEXO K – T14.....	78

1. INTRODUÇÃO

No dia 14 de junho de 2017, o Centro de Porto Alegre foi palco de uma das mais violentas reintegrações de posse realizadas na cidade. Naquela noite fria de inverno, a Brigada Militar (BM), após mandado expedido pelo Ministério Público, desmontou a Ocupação Lanceiros Negros, que residia em prédio abandonado localizado na esquina da Rua General Câmara com a Rua General Andrades Neves. No episódio, 70 famílias foram desabrigadas após os brigadianos arrombarem a porta do prédio enquanto diversas pessoas solidárias à ocupação protestavam e eram duramente reprimidas. Na ocasião, cinco pessoas foram presas, incluindo a coordenadora da Ocupação Lanceiros Negros e do Movimento de Luta nos Bairros, Vilas e Favelas (MLB) no RS, Priscila Voigt, e o deputado estadual e presidente da Comissão de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul, Jeferson Fernandes (PT).

Imediatamente, logo após a tropa de choque da BM chegar em frente ao prédio ocupado, diversos veículos de imprensa se deslocaram ao local. No momento da reintegração, estavam presentes equipes do Grupo RBS (Zero Hora, RBS TV e Rádio Gaúcha), Grupo Record (Correio do Povo e Rádio Guaíba) e Sul21.

Pessoalmente, esse acontecimento marcou a trajetória do meu pensamento político e social. À época, estava no aguardo do início do meu primeiro semestre na Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação (Fabico). Durante meu percurso na graduação em jornalismo da UFRGS, tive a oportunidade de fazer duas matérias sobre ocupações urbanas, além de, durante minha militância política, ter tido contato com militantes que construía a luta por moradia. Além disso, por me interessar pelo método marxista de estudo da sociedade, tive contato com a obra de Adelmo Genro Filho, que, em 1987, propôs uma teoria marxista do jornalismo e discorreu sobre o potencial revolucionário do jornalismo. Todos esses motivos me levaram a realizar uma pesquisa que buscasse analisar a cobertura jornalística sobre luta por moradia sob a perspectiva de um jornalismo marxista proposto por Genro Filho.

Além da opção por estudar esse acontecimento, a escolha da ZH como veículo a ser analisado se deu pela importância e tamanho do jornal na sociedade gaúcha. O jornal Zero Hora, assim como outros meios do Grupo RBS, como a RBS TV e a Rádio Gaúcha, é líder em seu segmento e possui grande influência no Estado.

A imprensa tem um papel fundamental na construção da opinião pública, e refletir sobre as narrativas jornalísticas sobre acontecimentos sociais relevantes ajuda a compreender o sistema político-social em que vivemos.

Utilizar a obra de Genro Filho como teoria principal nesta pesquisa é importante para difundir suas ideias e garantir a presença de uma teoria crítica e anti sistêmica nos estudos de jornalismo.

Considerando-se essas questões, o objetivo geral da pesquisa é compreender os sentidos da cobertura da Zero Hora sobre a reintegração de posse da Ocupação Lanceiros Negros em Porto Alegre, no ano de 2017. Já os objetivos específicos são: 1) refletir sobre o jornalismo, a partir das diferenças existentes entre um modo funcionalista e um modo crítico de exercer a atividade; 2) entender a Ocupação Lanceiros Negros no contexto das lutas populares por moradia e direito à cidade; 3) analisar como o jornalismo hegemônico tende a retratar questões relacionadas a essa temática; 4) identificar os sentidos que as matérias jornalísticas de Zero Hora atribuíram à ação de reintegração de posse da Ocupação Lanceiros Negros.

No segundo capítulo, seguinte a esta introdução, apresento as teorias do jornalismo que balizam a pesquisa. Para definir o jornalismo como uma forma de conhecimento cristalizada no singular, como defende Genro Filho (2012), primeiramente, apresento as contribuições de Park (2008), que dentro de uma lógica positivista e funcionalista, foi pioneiro ao considerar o jornalismo como forma de conhecimento. Em seguida, apresento a obra de Genro Filho (2012), autor chave para a realização do presente trabalho. Genro Filho considera que o jornalismo deve contextualizar as informações para que se possa construir conhecimento acerca dos aspectos da realidade. O autor também faz uma crítica à abordagem funcionalista do jornalismo, que limita seu potencial transformador da realidade e o coloca como um reproduzidor da ordem social vigente. No mesmo capítulo, trago ainda as contribuições de Meditsch (1992, 1997), Tavares (2004, 2009) e Veiga da Silva (2010), autores que seguem a linha de pensamento de Genro Filho e acrescentam contribuições mais atuais aos estudos de jornalismo.

No terceiro capítulo, apresento o conceito de direito à cidade, considerado essencial para compreender o objeto, que é a Ocupação Lanceiros Negros. Para discutir o direito à cidade, temos como referências teóricas Lefebvre (2001) e Harvey (2014), que colocam o espaço público como um direito coletivo dos trabalhadores e defendem a participação popular para definir os rumos das políticas sobre cidade.

Após a apresentação dos conceitos, exponho um panorama sobre a situação da moradia no Brasil e em Porto Alegre, utilizando questões legais, dados estatísticos e contribuições de Maricato (1997, 2003) e Gomes (2017), que expõem a relação do desenvolvimento urbano com a lógica capitalista imposta pela classe dominante e demonstram o déficit habitacional existente. Também abordo o papel do Estado com programas sociais de moradia, principalmente com o Minha Casa, Minha Vida (MCMV), que foi o maior e mais recente programa federal realizado pelo Estado. Em seguida, apresento o MLB, e a Ocupação Lanceiros Negros, relatando sua história e a violenta ação de reintegração de posse. Por fim, discorro sobre a luta por moradia na imprensa, e a tendência de o assunto ser limitado ao conhecimento singular no meio jornalístico hegemônico, trazendo, principalmente, contribuições de Abreu (2019) e Da Silva (2017).

No quarto capítulo, apresento o jornal Zero Hora e como ele está inserido na sociedade gaúcha. Em seguida, discorro sobre a metodologia utilizada para pesquisa, que é a Análise de Discurso (AD) de linha francesa, guiada pelas contribuições de Benetti (2007, 2016), Orlandi (2000) e Pinto (1999). Após isso, é apontado o *corpus* de pesquisa composto por 15 textos e apresentada a aplicação do método na pesquisa empírica, que teve como resultado a identificação de duas formações discursivas: a FD1 – defesa da ordem burguesa e a FD2 – denúncia social. Na FD1 estão presentes os seguintes sentidos: 1) a ação como um “exagero” ou erro pontual do Estado; 2) consequências para a política institucional; 3) justificativa da ação dentro da legalidade jurídica; 4) reprodução da lógica jurídico policial; 5) contrariedade à ocupações, 6) resolução dentro do sistema político-econômico vigente. Na FD2, os sentidos identificados são: 1) vulnerabilidade social; 2) problema da moradia; 3) retratação da violência; 4) fontes e apresentação do movimento; 5) questionamento da lei.

Por fim, são apresentadas as considerações finais do trabalho e as referências utilizadas.

2. O JORNALISMO E SEU POTENCIAL DE TRANSFORMAR A REALIDADE

Neste capítulo, apresento as teorias do jornalismo que guiam esse trabalho. O conflito envolvendo a Ocupação Lanceiros Negros e o poder público é uma amostra da luta de classes existentes na sociedade, e é por isso que a teoria marxista do jornalismo, proposta por Adelmo Genro Filho, é o norte teórico dessa pesquisa.

Genro Filho (2012) considera o jornalismo uma forma de conhecimento cristalizada no singular. Neste capítulo, procuro compreender esse pensamento e suas origens, passando por Park (2008), o primeiro a considerar o jornalismo como forma de conhecimento, Machado (2005), Meditsch (1992, 1997), Melo (2007), Pontes (2015), Tavares (2004, 2009) e Veiga da Silva (2010). Na sequência, será exposto o conceito de jornalismo funcionalista, na visão de Adelmo, e o papel da notícia dentro do sistema capitalista.

2.1 Park e a notícia como forma de conhecimento

O sociólogo norte-americano Robert Park, um dos principais pensadores da Escola de Chicago, dedicado a estudar as características dos grandes centros urbanos, foi pioneiro ao considerar a notícia como uma forma de conhecimento. Park "chegara à sociologia com o objetivo de definir conceitualmente a natureza e a função das notícias e a sua influência no comportamento das pessoas". (MACHADO, 2005, p. 25).

Seu pensamento se origina na obra sobre psicologia de William James, que, dentro de uma visão pragmática, dividiu o conhecimento em dois tipos: "*acquaintance with* (conhecimento de)" e "*knowledge about* (conhecimento-sobre)". O primeiro seria um conhecimento de senso comum:

[...] é um tipo de conhecimento que alguém inevitavelmente adquire ao longo de seus encontros pessoais e de primeira mão com o mundo ao seu redor. É o conhecimento que vem do uso e costume mais do que de qualquer tipo de investigação formal ou sistemática. (PARK, 2008, p. 52)

Já o "*knowledge about*" seria um conhecimento formal e científico, adquirido através de estudos e análises e baseado na observação e nos fatos. Sendo assim, mais sistemático e elaborado que a primeira categoria:

[...] knowledge about" é conhecimento formal; significa conhecimento que alcançou algum grau de exatidão e precisão pela substituição de ideias pela realidade concreta, e de palavras por coisas. As ideias não apenas constituem a estrutura lógica de todo o conhecimento sistemático mas entram na própria natureza das coisas com as quais a ciência se ocupa – ciência natural distinta da ciência histórica. (PARK, 2008, p. 55)

Na sequência, dentro do escopo do “conhecimento sobre”, Park classifica “três tipos fundamentais de conhecimento científico: (1) filosófico e lógico, que trata primariamente das ideias; (2) história, que trata de eventos; e (3) as ciências naturais ou classificatórias, que tratam das coisas” (PARK, 2008, p. 55).

Essa capacidade de ordenar o real, que possui o mérito de torná-lo inteligível, acaba, por outro lado, em distanciá-lo das práticas cotidianas. Isso se dá porque o saber especializado se faz com base em artifícios, técnicas e jargões próprios, divorciados do senso comum. (MELO, 2007, p. 5)

A principal diferença entre as categorias é que o conhecimento científico tem a capacidade de ser comunicável, os problemas são apresentados de maneira lógica e inteligível e podem ser verificados através de referências com a realidade ou experimentos.

Ambas as categorias formam um "*continuum*", cujas extremidades são esses dois tipos de conhecimento; entre um e outro, podem estar todas as outras formas de conhecimento, entre elas a notícia.

É óbvio que a notícia não é conhecimento sistemático como aquele das ciências físicas. Trata de eventos. Eventos são únicos e, portanto, não podem ser classificados como acontece com as coisas, porque invariavelmente eles são fixos no tempo e localizados no espaço. As coisas não apenas se movem no espaço e mudam com o tempo, mas, na sua organização interna, elas estão sempre numa condição de equilíbrio mais ou menos estável. (PARK, 2008, p. 58)

Dentre as categorias elencadas por Park, a história é a que mais se aproxima do jornalismo, pois ambos tratam de eventos. Entretanto, a notícia não pode ser considerada história pois trata de eventos isolados, enquanto a história “não só descreve eventos mas procura colocá-los no seu próprio lugar na sucessão histórica.” (PARK, 2008, p. 58). O foco da notícia é o presente e apenas recorre ao passado quando precisa explicar algo do presente.

A questão da temporalidade e da localização da notícia como algo do presente é ponto central na concepção de Park sobre o jornalismo como forma de conhecimento e sua relação com a história. Ele considera que a notícia só existe no tempo presente e, “uma vez publicada e reconhecida sua importância, o que era notícia vira história” (PARK, 2008, p. 59).

Enquanto o jornalismo cumpre sua função ao anunciar o fato, a História cumpre em ordená-lo dentro de critérios de relevância que lhe são próprios. Assim, o conhecimento produzido pelo jornalismo é sobre o presente e só faz sentido se significado nesse mesmo presente pelo público. (MELO, 2007, p. 7)

A circulação das notícias na sociedade e o desejo do indivíduo de compartilhar com os próximos o que acabou de ler no jornal leva a diversas interpretações sobre os acontecimentos sociais e conflitos de opiniões acerca deles, formando aquilo que se convencionou chamar de opinião pública. “É na interpretação de eventos presentes na notícia que a opinião pública se apoia” (PARK, 2008, p 61). A partir do momento em que é publicada e exposta ao senso crítico do público em geral, a notícia ganha o caráter de documento público, ainda conforme o autor. A partir disso, o público, com seus preconceitos locais e limitações, irá autenticar a notícia, resultando num importante dado histórico e sociológico.

Para Park, as notícias são construções sociais que refletem as preocupações, valores e interesses da sociedade. Fornecendo informações sobre a realidade social e permitindo a compreensão dos processos que moldam a sociedade:

A notícia, como forma de conhecimento, contribui a partir do registro de eventos não só para a história e para a sociologia, mas para o folclore e a literatura; contribui não apenas para as ciências sociais, mas também para as humanidades. (PARK, 2008, p. 65)

Assim, Park conclui que a notícia é uma forma elementar de comunicação, e que ela orienta a sociedade e os indivíduos. Embora menos sofisticada que a ciência, a notícia não poderia ser substituída. Os estudos de Park foram essenciais na evolução das pesquisas sobre jornalismo, o pioneirismo em considerar a notícia como forma de conhecimento inspiraram outros autores posteriores que, ao mesmo tempo que problematizaram seus conceitos, avançaram nas teorias de jornalismo. Um deles é Genro Filho, principal teórico da presente pesquisa.

2.2 Adelmo Genro Filho e a teoria marxista do jornalismo

Adelmo Genro Filho propôs uma teoria marxista do jornalismo. Ele critica a visão do jornalismo como um mero reflexo neutro da realidade e reproduzidor da ordem burguesa¹, classificando esse jornalismo como funcionalista.

Para elaborar sua teoria, Genro Filho (2012) se apoia na ideia de que o jornalismo é uma forma de conhecimento, porém, ele critica a forma como Park classifica esse termo. Para ele, Park aplica à expressão um sentido vulgar e pragmático, vinculado apenas à reprodução da sociedade.

Genro Filho considera que as conclusões de Park são comprometidas ao aceitar a classificação pragmática sobre conhecimento de James e por isso não avançam além da função orgânica da notícia e da atividade jornalística (GENRO FILHO, 2012, p. 51). A visão do “conhecimento de” como algo ahistórico e fora das relações concretas de dominação e alienação é redutora, “pois supõe uma espécie de “senso comum” isento de contradições internas, cuja função seria somente reproduzir e reforçar as relações sociais vigentes, integrar os indivíduos na sociedade” (GENRO FILHO, 2012, p. 52).

O autor considera que um aspecto central do jornalismo é a apropriação do real pela via da singularidade, e que as considerações de Park fazem do jornalismo um conhecimento elementar e positivista.

Para Genro Filho, o jornalismo proporciona um nível de abstração diferente do considerado por Park, em que o conhecimento produzido corresponde “às mesmas funções que realiza a percepção para o indivíduo” (GENRO FILHO, 2012, p. 52). Nesse sentido, segundo Park, no jornalismo a imediaticidade seria um ponto de chegada, e não um ponto de partida, em que a partir do acontecimento factual ocorrem os avanços para a contextualização do fato.

O conhecimento surge de uma simulação entre o jornalismo e a percepção individual:

[...] é a partir dessa simulação que surge propriamente um gênero de conhecimento, pois enquanto se tratar da relação imediata dos indivíduos com os fenômenos que povoam o cotidiano, da experiência sem

¹ Ordem burguesa é a forma como o atual sistema político econômico está organizado. A burguesia, segundo Marx e Engels (2015) é a classe dos proprietários dos meios de produção socialmente utilizados e que utilizam o trabalho assalariado. O burguês vive da renda e da venda de seus produtos, e não da venda de sua própria força de trabalho. (MARX; ENGELS, 2015)

intermediação técnica ou racional instituída sistematicamente, o que temos é realmente a percepção tal como a psicologia a descreve. Quer dizer, um grau determinado de conhecimento, um nível de abstração elementar. (GENRO FILHO, 2012, p. 53)

Mesmo dentro do senso comum, onde é predominante a ideologia da classe dominante, surgem movimentos sociais disruptivos da ordem, e Genro Filho (2012) faz essa relação com o jornalismo, que possui a capacidade de acompanhar esses movimentos:

Ao não compreender essa questão, Robert Park acaba definindo o conhecimento produzido pelo jornalismo com um mero reflexo empírico e necessariamente acrítico, cuja função é somente integrar os indivíduos no "status quo", situá-lo e adaptá-lo na organicidade social vigente. (GENRO FILHO, 2012, p. 54)

O jornalismo faria parte do processo global de apropriação coletiva da realidade, Genro Filho (2012) se baseia na obra de Karl Marx para afirmar que existe uma relação dialética entre o indivíduo e o jornalismo. Segundo ele, Park trata o conhecimento como um reflexo subjetivo da realidade, e assim, o jornalismo seria um mero reproduzidor da ordem vigente.

Na questão da história e da política, Genro Filho (2012) afirma que o jornalismo tem um potencial desalienante e humanizador. Ele considera que Park, assim como outros autores, coloca a política "no quadro de uma concepção funcionalista, o que lhe retira qualquer dimensão transformadora e propriamente histórica." (GENRO FILHO, 2012, p. 58).² O conceito de história utilizado por Genro Filho é de que esta seria um processo de autoprodução ontológica do gênero humano.

2.2.1 Jornalismo como forma de conhecimento cristalizada no singular

Para Genro Filho (2012), o jornalismo não produz um tipo de conhecimento como o produzido pela ciência e, tampouco, é um mero reproduzidor do senso comum. Ele utiliza as divisões hegelianas de singular, particular e universal e as aplica à prática

² Pontes (2015, p. 399) relativiza a leitura de Genro Filho sobre Park, salientando que "Park não era um funcionalista. Trata-se de um autor que deu origem, posteriormente, ao que ficou conhecido como Intencionismo Simbólico e fez parte da corrente 'culturalista' dos estudos da Comunicação. [...] A experiência como repórter, a formação com base no Pragmatismo (de William James e John Dewey) e o doutoramento na Alemanha com Georg Simmel e Wilhelm Windelband consolidaram a trajetória de pesquisa de Park. A cidade, mais especificamente Chicago, tornou-se um 'laboratório', o lugar onde a mobilidade dos grupos sociais e suas dinâmicas de competição, conflito, adaptação e assimilação acontecem".

jornalística. Inspirado na estética de Lukács, que definiu a arte como uma forma de conhecimento cristalizada no particular, Genro Filho (2012) caracteriza o jornalismo como forma de conhecimento cristalizada no singular, uma categoria que surge, objetivamente, com base na indústria moderna, mas se torna indispensável ao aprofundamento da relação entre o indivíduo e a sociedade, no sentido de reproduzir as ideias dominantes e de subvertê-las.

[...] no universal, estão contidos e dissolvidos os diversos fenômenos singulares e os grupos de fenômenos particulares que o constituem. No singular, através da identidade real, estão presentes o particular e o universal dos quais ele é parte integrante e ativamente relacionada. O particular é um ponto intermediário entre os extremos, sendo também uma realidade dinâmica e efetiva. (GENRO FILHO, 2012, p. 170)

Dentro do jornalismo, ainda conforme o autor, existe uma relação dialética entre as três categorias. No primeiro momento, são considerados os fatos mais específicos do acontecimento, que seriam os mais singulares. Mas o acontecimento ocorre em um contexto particular inserido dentro de uma explicação lógica da realidade, que seria a universalidade. Inserido nessa dialética, estão presentes as subjetividades do repórter e do leitor da notícia.

O critério jornalístico de uma informação está indissoluvelmente ligado à reprodução de um evento pelo ângulo de sua singularidade. Mas o conteúdo da informação vai estar associado (contraditoriamente) à particularidade e universalidade que nele se supõe, ou melhor, que são delineados ou insinuados pela subjetividade do jornalista. (GENRO FILHO, 2012, p. 172)

Trazendo seu raciocínio para a presente pesquisa, quando falamos sobre uma reintegração de posse de uma ocupação urbana, o singular seria o acontecimento em si; os moradores despejados, a violência registrada e os impactos imediatos para os envolvidos e sociedade em geral. No particular, estaria o contexto presente do acontecimento; como a situação das negociações entre partes, a vulnerabilidade dos moradores, o caráter de classe do Estado que leva a desigualdade social, o déficit habitacional e os objetivos do movimento organizador. No universal, que é o ponto de chegada, estaria o contexto sócio-histórico do fato e o direito à cidade. Todos esses conceitos serão apresentados com maior detalhamento no capítulo três.

2.2.2 Visão marxista do jornalismo

Genro Filho vê o jornalismo como produto histórico da sociedade burguesa, que foi desenvolvido no capitalismo, mas que possui potencial revolucionário. Para o autor, o jornalismo ultrapassa as limitações ideológicas de sua origem burguesa ao mesmo tempo em que é uma das formas de reprodução da hegemonia da classe dominante.

Partindo de uma concepção marxista da realidade, o autor tem a práxis, a união dialética entre teoria e prática, como um dos pontos centrais do seu pensamento. Para o autor, o jornalista deve aplicar a teoria no seu trabalho ao mesmo tempo em que aprende com a prática. A comunicação é um aspecto da dimensão ontológica do homem e é assim definida por Genro Filho:

Um aspecto da essência do homem como ser que trabalha e se apropria coletivamente do mundo de modo prático e teórico. Numa palavra, a comunicação é um momento de práxis. O homem é um ser que domina e compreende o mundo simultaneamente e, nessa medida, transforma a si mesmo e amplia o seu universo. (GENRO FILHO, 2012, p. 226)

Ao categorizar o jornalismo como forma de conhecimento cristalizada no singular, o autor defende que o jornalista deve ser um profissional capaz de interpretar uma realidade que precisa ser contextualizada, reproduzida e compreendida nas suas relações de causalidade e condicionamentos históricos.

Muitos jornalistas e autores enxergam a objetividade como um ideal utópico para o jornalismo, e consideram a impossibilidade de alcançá-la como uma limitação do jornalismo. Genro Filho (2012) tem uma visão crítica acerca da ideologia da objetividade, para o autor essa busca pela objetividade tem um viés funcionalista e não considera o contexto social em que, existem disputas e relações de poder.

[...] a chamada “objetividade jornalística” esconde uma ideologia, a ideologia burguesa, cuja função é reproduzir e confirmar as relações capitalistas. Essa objetividade implica uma compreensão de mundo como um agregado de “fatos” prontos e acabados, cuja existência, portanto, seria anterior a qualquer forma de percepção e autônoma em relação a qualquer ideologia ou concepção de mundo. (GENRO FILHO, 2012, p. 197)

Importante ressaltar que Genro Filho (2012) se refere a um tipo de objetividade funcionalista, em suas análises sobre técnicas de redação jornalística, ele constata um “espírito pragmático”, que ressalta as próprias contradições do dogmatismo proposto (SANTOS, 2001, p. 71).

Para o autor, a notícia, que é a matéria-prima do jornalismo, não deve ser panfletária nem imparcial, mas deve trazer o contexto sócio-histórico do fato, destacando a capacidade do olhar crítico de cada leitor para que ele próprio tire suas próprias conclusões.

2.2.3 O lead e a técnica da pirâmide invertida

A maneira usual de redigir notícias no jornalismo é utilizando a técnica da pirâmide invertida, onde no início do relato se encontra o fato mais importante e atual do fenômeno noticiado e, no final do relato, os fatos menos importantes. Genro Filho propõe uma reversão da compreensão sobre essa pirâmide, sendo que no topo, no início do texto, estariam as informações mais singulares e, no decorrer da matéria, os fatos relatados em contextos particulares. O universal estaria presente no enquadramento da notícia.

Ao indicar que o jornalismo evidencia o singular tendo subjacente o particular e o universal, ou seja, um processo específico de mediação e uma visão de classe, Genro Filho explica que a pirâmide invertida, tese clássica do jornalismo informativo, estaria revertida. Não está disposta do mais importante para o menos importante, mas do singular para o particular e para o universal. O lead representaria essa singularidade máxima. (PONTES, 2015, p. 238)

Para Genro Filho, nada impede de que o lead, que normalmente está localizado no primeiro parágrafo, esteja no final do texto. Ele se apoia em Marx para dizer que o conhecimento teórico vai do abstrato ao concreto, já a imediaticidade da percepção “vai da forma ao conteúdo, do fenômeno à essência, do singular ao geral. O lead funciona como princípio organizador da singularidade”. (GENRO FILHO, 2012, p. 205).

2.3 Avanços na teoria de Adelmo Genro Filho

O trabalho de Genro Filho (2012) foi continuado por outros autores que teorizaram o jornalismo sobre as bases construídas por ele. Tavares (2004) propõe a ideia de um “jornalismo libertador”, baseado na teoria marxista de jornalismo proposta

por Genro Filho e na Filosofia da Libertação³. Para a autora, o jornalista precisa estar preparado para olhar o mundo com uma visão disruptiva da ordem social estabelecida.

O jornalismo libertador trabalha com a ideia de que é preciso contar as histórias dos oprimidos, dos deserdados, dos desvalidos, que é preciso narrar o mundo do ponto de vista da realidade do outro, do que está fora do centro (TAVARES, 2004, p. 20 apud SOUZA, 2017, p. 29).

Ao criticar programas esportivos na imprensa hegemônica, Tavares (2009) considerava o jornalismo praticado por eles como "totalmente ligado ao *status quo*, chegando ao ponto de se transformar em mera propaganda do sistema, uma vez que é totalmente desvestido de crítica e historicidade" (TAVARES, 2009, p. 176).

Nesse sentido, o jornalismo, feito à maneira ensinada por Adelmo – com o qual conspiramos - pode levar o público à compreensão da realidade, pode incentivar a construção da soberania comunicacional e, conseqüentemente, acabar com a produção de mais-valia ideológica. A informação e o conhecimento precisam ser libertadores. (TAVARES, 2009, p. 176-177)

Para ela, o jornalismo, conceitualmente, "só o é se historicizado e contextualizado" (TAVARES, 2009, p. 177).

Veiga da Silva (2010) defende que o jornalismo se retroalimenta da produção de sentidos e das relações de poder presentes na sociedade, (re)produzindo diferenças e desigualdades existentes.

Tanto o jornalismo se inspira e se baseia em visões de mundo circulantes na sociedade quanto esta em relação ao jornalismo. Em geral, essa troca corresponde às visões de mundo hegemônicas, consensuadas, legitimadas nas instâncias de poder e compartilhadas como parâmetro social e cultural. (VEIGA DA SILVA, 2010, p. 38)

A autora também destaca que as notícias são formas de conhecimento que contribuem na relação entre a cultura e a sociedade, a impossibilidade da neutralidade jornalística vem da ideia de que as notícias são produzidas levando em conta o contexto ao seu redor e reproduzindo vozes existentes na sociedade.

³ A Filosofia da Libertação foi proposta pelo filósofo argentino Enrique Dussel, ele defende dar vozes aos oprimidos, explorados ou vítimas da sociedade, que não foram considerados agentes relevantes na construção da sociedade moderna. Essa corrente filosófica se baseia nos conceitos de totalidade, exterioridade, alienação, mediação, proximidade e libertação. (COUTO; CARRIERI, 2018, *web*)

As discussões sobre o jornalismo como forma de conhecimento na sociedade trazem em seu cerne a relevância deste campo na produção simbólica, indicando que as notícias, além de não-neutras, envolvem determinadas visões de mundo e, como tal, contribuem social e culturalmente como uma orientação acerca dos parâmetros e dos valores circulantes. (VEIGA DA SILVA, 2010, p. 35)

Meditich (1997) procurou avançar no entendimento do jornalismo como forma de conhecimento e o colocou como produtor e reproduzidor de conhecimento produzido. Para ele, “o Jornalismo não apenas reproduz o conhecimento que ele próprio produz, reproduz também o conhecimento produzido por outras instituições sociais” (MEDITSCH, 1997, p. 3).

Todo conhecimento social, e o jornalismo é um conhecimento social, envolve determinado ponto de vista sobre a História, sobre a sociedade e sobre a humanidade. E como humanidade e História são processos que estão em construção, naturalmente não existe um jornalismo puramente objetivo, ou seja, um jornalismo que seja absolutamente neutro. Isto não acontece por motivos de ordem psicológica, como dizem os manuais. Não é porque o indivíduo está psicologicamente envolvido com o fato, mas porque toda a forma de conhecimento pressupõe também um posicionamento do sujeito diante do objeto. Essa é a razão mais profunda porque o próprio jornalismo implica uma visão ideológica, implica um posicionamento ético e político sobre a realidade (MEDITSCH, 1992, p. 31-32 apud VEIGA DA SILVA, 2010, p. 35).

Como visto no presente capítulo, o jornalismo é uma forma de conhecimento que possui potencial transformador na sociedade. Ainda assim, a produção de notícias, hoje, é feita sob um contexto capitalista em que, dentro de uma superestrutura social, essas notícias vão acabar por reproduzir pensamentos dominantes da atualidade.

3. CONSTRUÇÃO DE UMA OCUPAÇÃO URBANA

Neste capítulo será abordada diretamente a Ocupação Lanceiros Negros e sua reintegração de posse, comandada pela Brigada Militar em 14 de junho de 2017.

A questão da moradia é um tema pertinente na sociedade e para este trabalho. Para discuti-la aqui, partimos do conceito de direito à cidade, abordando a história urbanística brasileira e contextualizando a situação da moradia e da habitação no Brasil e em Porto Alegre.

3.1 O Direito à Cidade

O Direito à Cidade é um conceito introduzido pelo sociólogo francês Henri Lefebvre. O autor defende que a cidade é um espaço público que deve ser apropriado por todos os cidadãos, independentemente de sua classe social. O Direito à Cidade, portanto, implica em uma série de direitos, como o direito à moradia, ao trabalho, ao lazer e à participação política.

Lefebvre (2001) analisa a cidade através do cotidiano de um cidadão comum, na relação dele com a cidade e a simbologia que cada pessoa emprega ao espaço.

A vida cotidiana, nesse contexto, está presa às funções banais e às repetições, ganhando sentido no contexto da reprodução do capital como um espaço de cuidados, que tenderia a constituir-se em um sistema organizado nos mínimos detalhes. Esta situação, como alerta Lefebvre, coloca-nos diante do cotidiano (e não mais da vida cotidiana) como produto do capitalismo e a ele submetido. (CARLOS, 2020, *web*)

A partir disso, Lefebvre (2001) afirma que a relação dos cidadãos com a cidade não é homogênea e igualitária dentro do capitalismo, elas são hierarquizadas e antidemocráticas. A falta de acesso a espaços de lazer e de participação política no meio urbano capitalista demonstra que uma parcela da população não tem direito de usufruir da cidade.

[...] abordar questões relacionadas ao lazer em estreita proximidade com a sociedade capitalista, sua lógica de consumo, seu reflexo nas suas vivências e espaços, e a efetiva busca pelo direito à cidade em sua totalidade pressupõe compreender que o lazer no cotidiano urbano também é permeado por diferentes relações e conjuntos de práticas sociais fundamentais na reprodução social da vida, passando a assumir novos significados e relações nesse processo. (VERSIANI, 2022, p. 16)

No capitalismo, a classe burguesa domina a política e molda o espaço urbano conforme seus interesses e aquilo que é rentável, assim os trabalhadores de baixa renda acabam se estabelecendo nas periferias da cidade, enquanto as classes médias e altas se concentram em condomínios fechados em regiões centrais das cidades.

A vida cotidiana revela que a ordem capitalista ao se desenvolver reproduz continuamente os elementos indispensáveis à sua manutenção no seio do espaço fragmentado pela propriedade privada do solo urbano que, na cidade, produz favelas, condomínios fechados, guetos de todos os tipos, acentuando a segregação, a atomização das pessoas pela desagregação da vida de relações fundadas na sociabilidade, com a implosão dos referenciais urbanos que pontuam e dão sustentação a vida, no eclipse dos espaços públicos da reunião e do encontro (em espaços visto como improdutivos), na degradação do trabalho enquanto atividade humana, bem como dos lugares de trabalho, cooptação do tempo do lazer ao mundo da mercadoria, etc.. Revela-se neste processo o desenvolvimento do mundo da mercadoria que torna o próprio espaço uma mercadoria essencial à realização da acumulação sob a égide do Estado - através das políticas públicas, das intervenções no espaço da vida. (CARLOS, 2020, *web*)

Para Lefebvre (2001), a urbanização seria uma consequência dos processos sociais de produção do capitalismo, ou seja, a industrialização e a urbanização ocorrem simultaneamente.

A cidade é um espaço de lutas e de contradições, que podem gerar tanto a marginalização e a exclusão de grupos sociais, quanto a emancipação e a transformação social. Segundo Lefebvre (2001), é preciso que a cidade seja reivindicada como um direito humano fundamental, e não apenas como uma mercadoria a ser consumida.

Lefebvre (2001) propõe a criação de novas formas de urbanismo, que valorizem a participação popular na construção da cidade e que promovam uma democratização do espaço urbano. Ele defende a criação de espaços públicos de convivência e de troca, onde diferentes grupos sociais possam se encontrar e se comunicar, gerando um diálogo intercultural e uma maior compreensão mútua. O autor sustenta uma ideia de urbanismo pautada no coletivo e não no individual:

A realização da sociedade urbana exige uma planificação orientada para as necessidades sociais, as necessidades da sociedade urbana. Ela necessita de uma ciência da cidade (das relações e correlações na vida urbana). Necessárias, estas condições não bastam. Uma força social e política capaz de operar esses meios (que são mais do que meios) é igualmente indispensável. (LEFEBVRE, 2001, p. 138)

Desse modo, Lefebvre (2001) não defende apenas reformas, mas sim uma transformação completa das relações sociais dentro da cidade. Propostas de democracia radical, onde o poder de decisões esteja nas mãos das massas e não das classes dominantes. Participar e vivenciar o lazer na cidade deve ser compreendido com uma necessidade humana, e não como um bem de consumo que não é de acesso universal.

[...] só o proletariado pode investir sua atividade social e política na realização da sociedade urbana. Só ele pode renovar o sentido da atividade produtora e criadora ao destruir a ideologia do consumo. Ele tem portanto a capacidade de produzir um novo humanismo, diferente do humanismo liberal que está terminando sua existência: o humanismo do homem urbano para o qual e pelo qual a cidade e sua própria vida cotidiana na cidade se tornam obra, apropriação, valor de uso (e não valor de troca) servindo-se de todos os meios da ciência, da arte, da técnica, do domínio sobre a natureza material. (LEFEBVRE, 2001, p. 140).

O geógrafo marxista David Harvey, ao reivindicar o direito à cidade proposto por Lefebvre, reafirma que a luta pela cidade deve ser universal, luta essa “que surge das ruas, dos bairros, como um grito de socorro e amparo de pessoas oprimidas em tempos de desespero” (HARVEY, 2014, p.15).

O direito à cidade é, portanto, muito mais do que um direito de acesso individual ou grupal aos recursos que a cidade incorpora: é um direito de mudar e reinventar a cidade mais de acordo com nossos mais profundos desejos. Além disso, é um direito mais coletivo do que individual, uma vez que reinventar a cidade depende inevitavelmente do exercício de um poder coletivo sobre o processo de urbanização. A liberdade de fazer e refazer a nós mesmos e a nossas cidades, como pretendo argumentar, é um dos nossos direitos humanos mais preciosos, ainda que um dos mais menosprezados. (HARVEY, 2014, p.28).

A disputa pela cidade vai muito além do individualismo, ela é um direito coletivo no qual os trabalhadores tomam para si as condições de mudar e reinventar a cidade de acordo com aquilo que desejam e, assim, pode-se exercer o poder coletivo sobre o processo de urbanização.

3.2 A situação brasileira

Ter uma moradia adequada é reconhecida como um direito humano pela ONU. Na Declaração Universal dos Direitos Humanos, publicada em 1948, é citado que uma

moradia digna deve incluir segurança de posse, disponibilidade de serviços, custo acessível, habitabilidade, não discriminação, localização adequada e adequação cultural⁴.

No Brasil, a habitação é um direito social que deve ser assegurado pelo Estado, garantido pelo Art.6. da Constituição da República Federativa do Brasil (1988):

“Art. 6º. São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição.” (BRASIL, 1988).

Além da garantia constitucional, o Brasil faz parte do Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais, promulgado em 1996, e que garante que os países que o assinaram “reconhecem o direito de toda pessoa a nível de vida adequado para si próprio e sua família, inclusive à alimentação, vestimenta e moradia adequadas, assim como a uma melhoria contínua de suas condições de vida”⁵.

No entanto, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 2019, havia cerca de 45,2 milhões de pessoas vivendo em condições inadequadas de moradia no país, o que representa 21,5% da população⁶. De acordo com pesquisa realizada em 2020 pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), existem 221.869 pessoas em situação de rua no país⁷. O Instituto Locomotiva, em parceria com o Data Favela e a Centra Única das Favelas (Cufa), em pesquisa realizada em 2021, concluiu que cerca de 17,1 milhões de brasileiros vivem nas favelas⁸.

Os dados mostram que a questão da habitação nas cidades brasileiras é marcada pela exclusão social e pelo desequilíbrio urbano. O modo de produção

⁴ O que é direito à moradia? Disponível em:

http://www.direitoamoradia.fau.usp.br/?page_id=46&lang=pt#:~:text=Um%20direito%20humano%20fundamental%20desde,para%20a%20vida%20das%20pessoas. Acesso em 22 de fevereiro de 2023.

⁵ Direito à moradia. Disponível em: <https://www.politize.com.br/direito-a-moradia/>. Acesso em 22 de fevereiro de 2023.

⁶ Pesquisa IBGE: um em cada cinco brasileiros mora em habitação precária. Disponível em: cnn.org.br/comunicacao/noticias/pesquisa-ibge-um-em-cada-cinco-brasileiros-mora-em-habitacao-precaria. Acesso em 22 de fevereiro de 2023.

⁷ Saiba quantas pessoas moram na rua no Brasil em 2022. Disponível em: <https://sbsrj.org.br/moradores-de-rua-brasil/>. Acesso em 23 de fevereiro de 2023.

⁸ Cerca de 8% da população brasileira mora em favelas, diz Instituto Locomotiva. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/cerca-de-8-da-populacao-brasileira-mora-em-favelas-diz-instituto-locomotiva/#:~:text=Cerca%20de%2017%2C1%20milh%C3%B5es,representa%208%25%20da%20popula%C3%A7%C3%A3o%20nacional>. Acesso em 22 de fevereiro de 2023.

capitalista e o tratamento da moradia como uma mercadoria resultou na exclusão de parte da população dos centros urbanos.

O processo de urbanização do Brasil tem seu auge a partir dos anos 1950 e ocorre junto à industrialização do país. Porém, a urbanização ocorreu sem políticas habitacionais por parte do Estado e, conseqüentemente, de forma desordenada, com muitas famílias sendo excluídas do mercado imobiliário formal, sendo forçadas a buscar outras alternativas para morar (MARICATO, 2003, p. 153 apud FONTANA, 2021, p. 13).

Nesse contexto, as ocupações se tornaram parte intrínseca do processo de urbanização do Brasil (MARICATO, 1997, p. 1), e foram formadas em um processo de urbanização segregador e excludente. Os centros urbanos, dominados pelo mercado imobiliário, se tornaram inviáveis para moradia para a maior parte da população, que acabou por ocupar terrenos ociosos em regiões periféricas da cidade.

A professora e pesquisadora na área do Direito Urbanístico, Betânia Alfonsin, explica o papel da cidade durante o processo de urbanização:

“Nesse momento, o papel da cidade é ser um local de reprodução do capital, a própria terra é vista como meio de produção, então é necessário concentrar essa população de baixa renda, essa massa assalariada de operários que vão trabalhar na indústria nascente automobilística. (GOMES, 2017, p. 127)

Maricato (1997) elenca três características da urbanização brasileira: 1) industrialização com baixos salários - o custo de reprodução da força de trabalho não inclui o custo da mercadoria habitação, fixado pelo mercado privado; 2) As gestões locais (prefeituras) tem uma tradição de investimento regressivo - as obras de infraestrutura urbana alimentam a especulação fundiária e não a democratização do acesso à terra para moradia; 3) Legislação ambígua ou aplicação arbitrária da lei - a desigualdade urbana, no Brasil, é uma construção que tem na aplicação arbitrária da lei, além da concentração da infraestrutura, sua argamassa fundamental. (MARICATO, 1997, p. 3-5)

Além da falta de infraestrutura e de serviços essenciais, “outra característica dos bairros de moradia pobre são os altos índices de violência, medidos pelo número de homicídios. Estes se referem especialmente aos jovens e entre estes, aos pardos e negros.” (MARICATO, 1997, p. 7).

A concentração das populações nas cidades produz a favelização, produz moradias sem posse das terras, o que fica concentrado nas mãos do Estado e das elites econômicas, relegando às classes populares situação de instabilidade habitacional. (GOMES, 2017, p. 127-128)

Em suma, a urbanização brasileira foi dominada pelo mercado imobiliário capitalista, o que gerou uma organização urbana desigual e que excluiu a população pobre dos centros urbanos e das decisões de poder na cidade.

3.3 Programas sociais do Estado

Na história do Brasil, foram realizados dois grandes programas nacionais de habitação, o Banco Nacional de Habitação (BNH), implementado durante a Ditadura Civil Militar, que beneficiou principalmente as famílias de classe média (SANCHES, 2021, p. 82) e possuía uma administração centralizada e autoritária, não atendendo às necessidades da população de baixa renda do país, e o Programa Minha Casa, Minha Vida (PMCMV), implementado em 2009 e um dos símbolos da ascensão social das camadas baixas da população que ocorreu na primeira década do século XXI.

As ações do BNH geraram processos de gentrificação⁹ nas capitais brasileiras. Em Porto Alegre, o programa foi responsável pela remoção de famílias da área no entorno do Arroio Dilúvio e a Av. Ipiranga para a Restinga¹⁰. O BNH foi descontinuado um ano após o fim da Ditadura Civil Militar, em 1986. Depois disso, até 2009, “não houve a implementação de um novo programa habitacional que visasse a construção de novas habitações populares” (OLIVEIRA, 2014, p. 40), apenas programas de facilitação de crédito e financiamento. (OLIVEIRA, 2014).

O PMCMV, criado em 2009, é o maior programa federal de habitação do país e, apesar de descontinuado durante o Governo Bolsonaro (2019-2022), foi retomado em 2023. Por seguir impactando diretamente na sociedade brasileira, o programa será analisado a seguir.

3.3.1 Minha Casa, Minha Vida

⁹ "Gentrificação" é o nome dado a um processo que afeta a dinâmica e composição social de determinada região, onde a população de baixa renda é afetada enquanto ocorre uma chegada de famílias de maior poder aquisitivo.

¹⁰ 'Deserto de Torres': como se vive e o que acontece quando a cidade se fecha em muros. Disponível em: <https://especiais.sul21.com.br/gentrificacao/deserto-de-torres-como-se-vive-e-o-que-acontece-quando-a-cidade-se-fecha-em-muros/>. Acesso em 15 de abril de 2023.

Em 2009, foi criado, pelo Governo Federal, o Programa Minha Casa, Minha Vida (PMCMV), que consistia no subsídio por parte do Estado na aquisição de casa ou apartamento próprio para famílias com renda de até 1,8 mil reais e facilitava as condições para acesso ao imóvel por famílias com renda de até 9 mil.¹¹

O programa apostava na produção de habitações em parceria com o setor de construção civil, o que gerou críticas por parte dos movimentos sociais. Na época, o governo era presidido pelo Partido dos Trabalhadores, que para governar, adotou um modelo de conciliação entre interesses do empresariado e demandas populares (CASSIN; FERNANDES, 2018).

Sob o modo de produção capitalista, as necessidades sociais são capturadas pelas necessidades do capital (MAGRI, 1975), de forma a constituir-se uma contradição paradoxal: atende-se a demandas postas pela classe trabalhadora em luta, conciliando-as às demandas de frações burguesas. (MARTINS; LIMA, 2018, p. 1)

Uma das principais críticas ao programa é de que o problema do déficit habitacional não ocorre em razão da falta de moradias. Em 2018, existia um déficit de 6,355 milhões de habitações, além de 6,893 milhões de imóveis vagos “com potencial para serem habitados” (JOÃO PINHEIRO, 2018, p. 37 apud MARTINS; LIMA, 2018, p. 9).

O programa em tela não buscava romper com a ordem do capital e reforçava a ideologia liberal da “casa própria” (ROLNIK, 2015)¹², ao mesmo tempo em que as cidades continuavam sendo planejadas conforme os interesses da burguesia urbana.

O PMCMV surge não como uma política social voltada à habitação, já existente, mas como um programa econômico (AMORE, 2015), desvinculado da pauta dos movimentos sociais de luta por moradia, do Plano Nacional de Habitação e da proposta do Conselho Nacional das Cidades, de 2008. (MARTINS e LIMA, 2018, p. 3)

¹¹ Governo amplia Minha Casa, Minha Vida para famílias com renda de até R\$ 9 mil. Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/noticia/governo-amplia-minha-casa-minha-vida-para-familias-com-renda-de-ate-r-9-mil.shtml>. Acesso em 23 de fevereiro de 2023.

¹² Segundo Rolnik (2015), a ideologia da casa própria consiste na ideia de valorização da propriedade privada como meta principal da vida de uma pessoa e um símbolo de conquista e ascensão social. A moradia seria vista como um ativo financeiro, e não um direito humano.

A submissão por parte do poder público aos interesses do mercado imobiliário teve como uma das consequências o fato de as residências construídas pelo PMCMV terem sido, em sua maioria, estabelecidas nas periferias das grandes cidades.¹³

Quando se analisa a localização da produção dos empreendimentos Minha Casa Minha Vida nas regiões metropolitanas, verifica-se a predominância da localização dos empreendimentos fora dos municípios-polo, mostrando a desarticulação do Programa com a concentração dos déficits e políticas habitacionais locais. Embora no Brasil praticamente não exista planejamento na esfera metropolitana, o Programa legitimou a metropolização do déficit, permitindo que os empreendimentos fossem implementados nos municípios mais distantes do núcleo, assegurando maiores ganhos ao setor privado (...) Embora existam particularidades regionais, um dos resultados claros do Programa é o esgarçamento das periferias, consolidando o alargamento e a metropolização da produção imobiliária, disseminando a valorização imobiliária em áreas que até então não haviam sido objeto de investimentos imobiliários. (RUFINO, 2016).

Apesar das limitações, o PMCMV foi o mais importante programa de habitação de interesse social até a atualidade (ABREU, 2019, p. 204) e beneficiou mais de 10 milhões de famílias. Contudo, o programa não conseguiu diminuir o déficit habitacional no país. Segundo dados do IBGE, em 2007 o déficit habitacional era estimado em 7,2 milhões de moradias, e, em 2015, depois de seis anos de vigência do programa, o déficit era de 7,7 milhões (IBGE, 2015 apud SANCHES, 2021, p. 97).

3.4 Ocupações como alternativa dos movimentos de luta por moradia

Na ausência do Estado em garantir as condições de moradia para as classes mais baixas, surgem os movimentos sociais que lutam por moradia. No Brasil, tem-se como exemplos a União Nacional por Moradia Popular (UNMP), o Movimento Nacional de Luta pela Moradia (MNLM), o Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto (MTST) e o Movimento de Luta nos Bairros, Vilas e Favelas (MLB).

Uma das principais estratégias desses movimentos para enfrentar os problemas da falta de habitação são as ocupações de prédios e terrenos públicos e privados que não cumprem a função social da terra, prevista no Estatuto das Cidades:

Art. 39. A propriedade urbana cumpre sua função social quando atende às exigências fundamentais de ordenação da cidade expressas no plano diretor,

¹³ Minha Casa Minha Vida levou a população para periferia, mostra FGV. Disponível em: <https://exame.com/brasil/minha-casa-minha-vida-levou-a-populacao-para-periferia-mostra-fgv/>. Acesso em 22 de fevereiro de 2023.

assegurando o atendimento das necessidades dos cidadãos quanto à qualidade de vida, à justiça social e ao desenvolvimento das atividades econômicas, respeitadas as diretrizes previstas no art. 2º desta Lei (BRASIL, 2001).

As ocupações urbanas são um reflexo da desigualdade social provocada pela falta de direito à cidade de parte da população. Depois de consolidada uma ocupação urbana, o Estado, que deveria garantir a moradia para a população, aparece com o aparato policial para a defesa do direito privado e manutenção da “ordem”, que consiste em perpetuar a desigualdade das cidades.

O organizador da Ocupação Lanceiros Negros em Porto Alegre foi o Movimento de Luta nos Bairros, Vilas e Favelas (MLB), que foi fundado em 1999 na cidade de Jaboatão dos Guararapes, Pernambuco, a partir da Ocupação Mércia de Albuquerque. O movimento tem como principais bandeiras a luta por moradia e a conquista do socialismo. Ele adota as ocupações como principal estratégia de luta:

A ocupação educa o povo para a necessidade de lutar organizado e desenvolver o espírito de trabalho coletivo. Ocupar é um ato de rebeldia, de confronto com a ordem estabelecida, de questionamento à sagrada propriedade privada capitalista. Logo, enquanto morar dignamente for um privilégio, ocupar é um dever! (MLB 2014)

O MLB considera a luta por moradia o principal motor da luta pela reforma urbana, pois através dela ocorre a mobilização popular e é possível chamar a atenção para as dificuldades enfrentadas pela população menos favorecida.

3.5 A situação de Porto Alegre

Segundo a Defensoria Pública do Estado, em 2015, o déficit habitacional atingia 54 mil famílias em Porto Alegre. Porém, segundo o Departamento Municipal de Habitação (DEMHAB), a capital do Estado do Rio Grande do Sul possui uma população de 289 mil pessoas que moram em áreas ocupadas nas periferias da cidade (SANCHES; SOARES, 2017, p. 6).

O problema habitacional não vem sendo pautado nas últimas gestões das prefeituras de Porto Alegre. Atualmente, não existe programa municipal que promova a moradia para as populações mais pobres.

“Porto Alegre não tem uma política habitacional e parece não haver vontade de tê-la. É o maior drama que existe hoje na cidade. É o grande problema de Porto Alegre, não adianta ficar discutindo violência. Se a pessoa não conhecer como é a vida dentro de uma ocupação, ela não entende como é produzida a violência na Capital e como continuará sendo, por décadas, se isso não for resolvido”, diz Cláudio Ari [promotor da Ordem Urbanística]. (GOMES, 2017, p. 131)

Esse fator, somado às políticas neoliberais tomadas pelo Governo Federal que, desde 2015, causaram um aumento no empobrecimento da população brasileira (FERREIRA, 2022), faz com que o problema de moradia na cidade se agrave.

3.6 A Ocupação Lanceiros Negros

Em agosto de 2014, é criada a seccional gaúcha do MLB, e a partir de então as lideranças do movimento começam a planejar e organizar famílias interessadas para a primeira ocupação no estado. Essas famílias eram provenientes de regiões periféricas de Porto Alegre. Em um primeiro momento foram cadastradas famílias das comunidades da Nova Chocolateira e do Morro da Cruz, posteriormente, foram acrescentadas pessoas da Lomba do Pinheiro, região das ilhas, São José, Morro da Polícia e entorno do Presídio Central (GOMES, 2017).

Durante os nove meses de reuniões, os coordenadores realizaram simultaneamente o processo de mapeamento dos prédios abandonados em Porto Alegre, que, segundo o movimento, seriam dezenas de milhares. A verdade, porém, é que não há um levantamento preciso dos edifícios abandonados existentes na Capital. (GOMES, 2017, p. 46)

No dia 14 de novembro de 2015, teve início a Ocupação Lanceiros Negros, localizada em prédio abandonado na Rua General Câmara, 352, Centro Histórico de Porto Alegre. Inicialmente 100 famílias ingressaram na ocupação, que levava em seu nome a homenagem aos corpos dos Lanceiros Negros, organização militar formada por negros escravizados que lutavam pela sua libertação junto a República Rio-Grandense. No dia 14 de novembro de 1844, exatos 171 anos antes da ocupação, ocorreu o Massacre de Porongos, em que o Império do Brasil, em conluio com o comandante David Canabarro, assassinou todos os remanescentes da organização (GOMES, 2017).

Com localização privilegiada no centro da cidade, na chamada “Rua da Ladeira”, próxima à Praça da Matriz, a ocupação dava para seus moradores uma

oportunidade que estava longe do alcance deles. Uma moradia na região tem preço médio de R\$ 4.880 por m².¹⁴

Muitas pessoas dirigiam-se para a região central de Porto Alegre diariamente. Outros, semanalmente, principalmente para fazer algum tipo de tratamento de saúde. Com o crescimento da atuação do movimento, mais pessoas procuram as reuniões de núcleo, apresentando suas situações: impossibilidade de seguir pagando aluguel, problemas relacionados a residir em uma zona de disputa territorial pelo tráfico de drogas, em áreas de risco, em áreas que alagam, entre outros. (SANCHES; SOARES, 2017, p. 11).

O prédio ocupado é patrimônio do Estado do Rio Grande do Sul, porém sua história é pouco precisa (FONTANA, 2021, p. 43). Construído no final do século XIX como sede de uma companhia privada, a edificação se tornou pública em 1973. Desde então, foi sede de diversos órgãos administrativos até 2006, quando foi desocupado.¹⁵

O MLB se propôs desde o início a fazer essa luta e a buscar a reocupação do Centro pelas famílias, mas não como uma mera reivindicação de ancestralidade geográfica, e sim devido a todos os problemas que envolvem a questão habitacional, ou a falta dela, nas periferias. É o caso da precariedade dos sistemas de saúde, educação e mobilidade nestas regiões. (GOMES, 2017, p. 48)

Na ocupação, existia creche, biblioteca, refeitório e lavanderias comunitárias, eram realizadas atividades culturais e disponibilizadas atividades relacionadas à construção, corte e costura, entre outros (SANCHES, 2017, p. 12), por parte dos moradores. Ela era organizada a partir do regimento modelo do MLB, que possuía diretrizes como: obrigatoriedade de os moradores participarem de reuniões e assembleias da local, e organizaram em comissões de divisão de tarefas em diversas áreas, como alimentação, saúde, educação, creche, formação e lazer. Também havia regras de convivência e a presença de um núcleo mediador de conflitos entre famílias e brigas de casais, a violência domiciliar era passível de exclusão (GOMES, 2017, p. 50).

A Ocupação Lanceiros Negros se colocava, portanto, como um símbolo de luta por moradia na cidade de Porto Alegre.

¹⁴ IPD - Índice Proprietário Direto. Disponível em: <https://www.proprietariodireto.com.br/preco-m2/centro-historico-porto-alegre>. Acesso em 23 de fevereiro de 2023.

¹⁵ Era uma casa, hoje não é nada: prédio da Lanceiros Negros segue abandonado. Disponível em: <https://sul21.com.br/noticias/geral/2019/07/era-uma-casa-hoje-nao-e-nada-predio-da-lanceiros-negros-segue-abandonado/>. Acesso em 24 de fevereiro de 2023.

3.7 A reintegração de posse

Desde sua fundação, a Ocupação passava constantemente por tentativas de reintegração de posse. As quatro primeiras foram revertidas pelos advogados do movimento. Nas oportunidades, a Justiça determinou que o governo do Estado oferecesse alternativas para as famílias, o que foi negado pelos moradores.

“Eu tenho certeza que a Procuradoria do Estado vai dizer que deu muitas alternativas para nós. As alternativas dadas foram ‘voltem para a casa de vocês’. Nós dizíamos: ‘Quais casas? Vocês querem que a gente vá para a periferia, para o tráfico de drogas? Nós não vamos’”, diz Nana.¹⁶ Ela ponderava ainda que a alternativa apresentada pelo governo do Estado mais próxima de ser de fato uma opção foi a possibilidade do aluguel social. No entanto, ela afirma que este programa apresenta atrasos constantes. (SUL 21, 2017)

No dia 14 de junho de 2017, o Batalhão de Choque da Brigada Militar (BM) cumpriu um mandado de reintegração de posse e, através do uso de violência contra moradores e apoiadores, desocupou o prédio.

Na noite em que ocorreu a reintegração de posse, estava fazendo um frio de 10°C e logo que começou a ação da BM, houve comoção por parte de movimentos sociais, que logo tomaram a rua em frente ao prédio para se manifestar.

Para cumprir a decisão judicial, a Brigada Militar utilizou gás lacrimogêneo, spray de pimenta e bombas de efeito moral. A ação policial se iniciou por volta das 19h, horário em que uma audiência pública sobre a ocupação era realizada no plenarinho da Assembleia Legislativa. Os policiais tentaram derrubar a porta do prédio no Centro Histórico, mas não conseguiram. Amarraram, então, uma corrente na porta para arrancá-la com o uso de uma viatura. Eram cerca de 19h30min quando policiais ingressaram na construção. (GZH 2017)

Na ação foram presos a coordenadora do Movimento de Luta nos Bairros, Vilas e Favelas (MLB) no RS, Priscila Voigt; o militante da União da Juventude Rebelião (UJR), Emiliano Teixeira, o deputado estadual do PT, Jeferson Fernandes, e outros três manifestantes.¹⁷

¹⁶ Nana Sanches era integrante do Movimento de Luta nos Bairros, Vilas e Favelas (MLB) e coordenadora da ocupação Lanceiros Negros.

¹⁷ MLB REPUDIA AÇÃO FASCISTA DA POLÍCIA DO RS. Disponível em: <https://averdade.org.br/2017/06/mlb-repudia-acao-fascista-da-policia-do-rs/>. Acesso em 23 de fevereiro de 2023.

A violência da BM foi denunciada à Comissão Interamericana de Direitos Humanos da Organização dos Estados Americanos (OEA). Realizada pelo MLB em conjunto com uma equipe de 10 juristas, a petição citava o problema do déficit habitacional no Brasil, o frio do inverno no RS e ação da BM.¹⁸

Em 2023, seis anos após a reintegração de posse, o prédio da Rua General Câmara segue desocupado.

3.8 A luta por moradia na imprensa

Uma ocupação, além de dar uma oportunidade de moradia para famílias carentes, têm objetivos políticos para os movimentos que a organizam, como denunciar a falta de direito à cidade e a desigualdade urbana para a população em geral e influenciar na opinião pública.

Nesse sentido, existe um interesse por parte dos movimentos de que a ação realizada se torne pauta nos veículos de notícia, dando visibilidade às bandeiras do movimento.

[...] dentre todos os fóruns políticos, a mídia é o que possui mais ampla projeção. A atenção que os movimentos sociais dela recebem reforça-os, portanto, como legítimos representantes dos interesses que reivindicam. Como consequência dessa legitimação, torna-se mais fácil a abertura de espaços dentro da esfera institucional. Assim, a cobertura midiática, por si só, é uma demonstração do impacto dos movimentos sociais sobre a sociedade, embora tal cobertura nem sempre demonstre de forma fiel o tamanho do movimento e a dimensão de sua atividade” (AMENDA apud DA SILVA, 2017, p. 25)

Segundo Fontana (2021), a Ocupação Lanceiros Negros colocou em pauta na imprensa a situação do imóvel ocupado no centro de Porto Alegre. Até então, não existia discussão intensa na mídia a respeito da situação do imóvel (FONTANA, 2021).

Abreu (2021), ao analisar as coberturas jornalísticas de remoções de ocupações urbanas durante a pandemia concluiu que elas “trazem à tona relatos das faces cada vez mais perversas da alienação urbana sob a crise econômica, o desemprego e a pandemia” (ABREU, 2021, p. 15).

¹⁸ Reintegração de posse da Ocupação Lanceiros Negros é alvo de denúncia na OEA. Disponível em: <https://www.ihu.unisinos.br/categorias/186-noticias-2017/569982-reintegracao-de-posse-da-ocupacao-lanceiros-negros-e-alvo-de-denuncia-na-oea>. Acesso em 23 de fevereiro de 2023.

Entretanto, existe uma complexidade na relação entre os movimentos e os veículos de comunicação. Os proprietários dos grandes veículos, inseridos dentro do modo de produção capitalista, têm interesses econômicos que podem ser antagônicos aos dos movimentos sociais e assim pode, junto com o Estado, se tornar um oponente.

“Por um lado, os movimentos sociais precisam da cobertura midiática para que suas demandas, pautas e projetos conquistem visibilidade na sociedade, mas por outro, a mídia é um ator que tem agenda e interesses próprios, e em geral ela não pode ser considerada uma aliada dos movimentos sociais – ao menos daqueles que desafiam abertamente o status quo.” (DA SILVA, 2017, p. 26)

Retomando a ideia de jornalismo de Adelmo Genro Filho, pode ser criticada a forma funcionalista do jornalismo tradicional em noticiar os acontecimentos envolvendo ocupações urbanas, que tendem a ser singularizados ao extremo (VOLOCHKO apud ABREU, 2019, p. 184). O particular e o universal, onde estariam localizadas as discussões envolvendo direito à cidade e a influência do mercado imobiliário no Estado são ignoradas.

4. ANÁLISE DA COBERTURA DE ZERO HORA SOBRE A REINTEGRAÇÃO DE POSSE DA OCUPAÇÃO LANCEIROS NEGROS

Neste capítulo, será apresentada a análise da cobertura do Jornal Zero Hora sobre a reintegração de posse da Ocupação Lanceiros Negros, mais especificamente os sentidos do acontecimento produzidos pelas matérias que compõem o *corpus* do estudo. Para identificar esses sentidos, será utilizada a metodologia da Análise do Discurso (AD) de linha francesa. Antes de apresentar a análise propriamente dita, vamos abordar o veículo que é objeto desta pesquisa (o jornal Zero Hora), os critérios de seleção do *corpus* do estudo e a metodologia empregada.

4.1 A Zero Hora

Fundado em 1964, o jornal Zero Hora (ZH) é um dos principais jornais do Brasil e o mais significativo no Rio Grande do Sul, por ser o jornal com maior tiragem do Estado¹⁹.

A ZH impressa tem seis edições semanais, cinco de segunda a sexta-feira e a super edição dos finais de semana. O jornal abrange uma ampla gama de consumidores, não se identificando apenas com um tipo de leitor (FERNANDES, 2015). O público do jornal é predominantemente pertencente às classes A e B e das principais cidades do interior do Rio Grande do Sul, mas não fica restrito a essas classes, tendo também significativa presença na classe C (VIGEL, 2013).

A ZH pertence ao Grupo RBS, o principal conglomerado de mídia gaúcho com faturamento de R\$ 292 milhões em 2021²⁰. A RBS também é proprietária de diversas outras empresas de mídia, incluindo portais de notícias e emissoras de rádio e televisão²¹.

¹⁹ Somando o impresso e o digital, ZH é o segundo jornal no Brasil com maior aumento na circulação. Disponível em: <https://coletiva.net/noticias/somando-o-impresso-e-o-digital-zh-e-o-segundo-jornal-no-brasil-com-maior-aumento-na-circulacao-,417643.jhtml>. Acesso em 22 de março de 2023.

²⁰ RBS divulga balanços de 2021. Disponível em: <https://gauchazh.clicrbs.com.br/economia/noticia/2022/04/rbs-divulga-balancos-de-2021-cl1qz9sjp00dd016553whksl0.html>. Acesso em 22 de março de 2023.

²¹ NOSSAS MARCAS. Disponível em: https://www.gruporbs.com.br/nossas-marcas?gclid=Cj0KCQjw8e-gBhD0ARisAJiDsaUwfm1pafYhVsfpSXx3DuE52H4u8r_07CI-y3ueIzBL5uLkmCLGLAaAiz1EALw_wcB. Acesso em 23 de março de 2023.

Desde sua criação, portanto, Zero Hora segue a perspectiva de se identificar como jornal não ligado a qualquer perspectiva política, adotando, assim, uma postura de “objetividade” jornalística. De qualquer modo, uma série de estudos demonstra os posicionamentos que, mesmo implicitamente, o jornal produz, na condição de grande corporação midiática, desconstruindo a noção de “objetividade” (BERGER, 1996; BUDÓ, 2013 apud FERNANDES, 2016).

A relevância do Grupo RBS e sua supremacia financeira faz com que possamos considerá-lo um veículo de mídia hegemônico. Segundo Gramsci (2000 apud MORAES, 2010, p. 54), a hegemonia consiste na “conquista do consenso e da liderança cultural e político-ideológica de uma classe ou bloco de classes sobre as outras”. Nesse sentido, a imprensa seria um dos atores na sociedade civil capazes de reproduzir as ideias da classe dominante.

Enquanto a sociedade política tem seus portadores materiais nas instâncias coercitivas do Estado, na sociedade civil operam os aparelhos privados de hegemonia, isto é, organismos relativamente autônomos em face do Estado em sentido estrito, que desejam somar consensos e consentimentos em torno de suas proposições.

Criados na intensificação das reivindicações sociais, estes aparelhos congregam a imprensa, os partidos políticos, os sindicatos, as associações, os movimentos sociais, a escola e a Igreja. (MORAES, 2010, 59)

Em sua linha editorial, o Grupo RBS diz ter “compromisso com o debate e a difusão de questões e temas que impactam a vida de seus públicos” (GRUPO RBS, 2011, p. 13). Ele também afirma estar de acordo com a imparcialidade jornalística: “A notícia deve buscar abrir espaço a todos os lados envolvidos no assunto, sem qualquer preconceito, favorecimento ou perseguição” (GRUPO RBS, 2011, p. 20).

O Grupo RBS é filiado ao Grupo Globo, maior oligopólio de comunicação do país (JUSTINO, 2020), assim, podemos inserir a produção jornalística da Zero Hora no contexto de ser parte de um grande conglomerado midiático capitalista.

O conglomerado gaúcho também possui ligações com negócios fora da esfera comunicacional. A família Sirotsky, dona do Grupo RBS, também é proprietária da construtora Maiojama, fundada em 1975 e que trabalha nas atividades de construção civil, incorporações imobiliárias e loteamentos de imóveis, possuindo diversos empreendimentos em Porto Alegre. Esse fato demonstra o interesse econômico da RBS na área da especulação imobiliária.

Pelos apontamentos realizados neste subcapítulo, considero a Zero Hora como um jornal de referência dominante no Rio Grande do Sul e por isso foi escolhido para ser analisado no presente trabalho.

4.2 A análise de discurso

A Análise de Discurso (AD) de linha francesa foi desenvolvida no final dos anos 1960 e tem como principal característica a ênfase no caráter dialógico do discurso, que se baseia na relação entre sujeitos (intersubjetividade) e na relação entre discursos (interdiscursividade) (BENETTI, 2016, p. 236).

Para Benetti (2007), um dos objetivos da AD é compreender os sentidos que constituem o funcionamento de um discurso. Para isso é preciso entender que o discurso é construído de forma intersubjetiva e precisa ser compreendido como histórico e subordinado aos enquadramentos sociais e culturais, ou seja, a relação entre linguagem e exterioridade é constitutiva do discurso (BENETTI, 2007, p. 108-109).

No discurso, podemos analisar as relações entre o texto e o contexto em que foi produzido. Benetti (2007) aponta que o discurso é opaco, não-transparente, pleno de possibilidades de interpretação. O discurso é, então, intersubjetivo e subordinado aos enquadramentos sociais e culturais. (BENETTI, 2007)

Consequentemente, o discurso é o lugar em que se pode observar essa relação entre língua e ideologia, compreendendo-se como a língua produz sentidos por/para os sujeitos. (ORLANDI, 2000, p. 17)

O texto está condicionado ao contexto em que foi escrito. A AD não procura analisar semanticamente o texto, "mas sim em como e por que o diz e mostra" (PINTO, 1999, p. 23). A análise de discurso se interessa particularmente pela disputa da hegemonia da fala na sociedade (PINTO, 1999), e o entendimento de ideologia é um ponto central para a AD. Ela pode ser definida como aquilo que constitui os sujeitos. Quando se produz um sentido, na verdade está se retomando sentidos que já existem previamente (ORLANDI, 2000).

É a ideologia que fornece as evidências pelas quais "todo mundo sabe" o que é soldado, um operário, um patrão, uma fábrica, uma greve etc., evidências que fazem com que uma palavra ou enunciado "queiram dizer o que

realmente dizem" e que mascaram, assim, sob a "transparência da linguagem", aquilo que chamaremos o caráter material do sentido das palavras e dos enunciados. (PÊCHEUX apud BENETTI, 2016, p. 240)

O trabalho do pesquisador, ao utilizar o método da AD, é dissecar o conteúdo ideológico e a influência da realidade social no discurso comunicacional.

O analista de discursos é uma espécie de detetive sociocultural. Sua prática é primordialmente a de procurar e interpretar vestígios que permitem a contextualização em três níveis: o contexto situacional imediato, o contexto institucional e o contexto sociocultural mais amplo, no interior dos quais se deu o evento comunicacional. (PINTO, 1999, p. 22)

Para estudar o jornalismo através da AD, existem duas possibilidades: o estudo de vozes, que se preocupa em compreender quem são os enunciadores de um discurso, que relaciona o texto com seu contexto histórico-social de produção, e o estudo dos sentidos, em que é preciso visualizar a estrutura do texto e compreender o movimento de forças interior e exterior que compõem o objeto analisado (BENETTI, 2007). O estudo dos sentidos será utilizado para fazer a presente análise.

O que fazemos, ao utilizar o método, é um procedimento que depende da iniciativa e vontade do pesquisador. Assim, o primeiro passo é enxergar a existência (apenas operacional e pragmática) de duas camadas: a primeira, mais visível, é a camada discursiva; a segunda, só evidente quando aplicamos o método, é a camada ideológica. (BENETTI, 2007, p. 111)

Para analisar o texto, é necessário identificar as formações discursivas (FDs), que são uma espécie de região de sentidos e podem ser definidas como "aquilo que numa formação ideológica dada - ou seja, a partir de uma posição dada em uma conjuntura sócio-histórica dada - determina o que pode e deve ser dito" (ORLANDI, 2009, p. 43). Em cada FD, são delimitados os sentidos que correspondem a uma determinada perspectiva ou ideologia. Benetti (2007, p. 112) diz que um sentido "sempre vem representar aquilo que poderia ser dito, naquela conjuntura específica, por aqueles sujeitos em particular, instados ideologicamente a dizer uma coisa, e não outra". Na análise, serão identificadas as Sequências Discursivas (SDs), que são trechos que correspondem ao sentido identificado.

4.3 O corpus da pesquisa

Para compor o corpus da pesquisa, foram selecionados 15 textos publicados entre os dias 15/06/2017, dia seguinte à noite em que ocorreu a reintegração de posse, e 20/06/2017, última edição do jornal no mês de junho que trazia a Ocupação Lanceiros Negros em suas páginas.

Para selecionar os textos, foram pesquisadas as matérias em todas as edições da Zero Hora entre 15/06/2017 e 31/06/2017. A falta de menções ao acontecimento nas últimas dez edições pesquisadas e o aumento gradativo da distância temporal do fato fizeram com que a pesquisa se limitasse às matérias do mês de junho. O quadro 01 apresenta o código de identificação para fins de análise, o título, a seção/editoria, a autoria e a data de publicação de cada matéria do *corpus*.

Quadro 01 - Corpus da pesquisa

Identificação do Texto	Título	Seção/Editoria	Autoria	Data Publicação
T1	Desocupação no centro	Capa	-	15/06/2017
T2	Prédio é alvo de reintegração	Editoria Habitação/reportagem	Eduardo Mattos	15/06/2017
T3	Deputado foi detido em ação	Editoria Habitação/reportagem	Anderson Aires	15/06/2017
T4	Desocupação leva a embate entre oposição e governo	Capa	-	16/06/2017
T5	Por que à noite e sob frio? Faltou bom senso às autoridades	Capa	Humberto Trezzi	16/06/2017
T6	Como deve se comportar o estado de direito em casos pedregosos?	Capa	David Coimbra	16/06/2017
T7	Ação noturna abre polêmica sobre desocupações	Notícias/reportagem especial	Dione Kuhn e Leandro Fontoura	16/06/2017
T8	Faltou bom senso	Notícias/coluna	Humberto Trezzi	16/06/2017
T9	Sequência de erros deu palanque para a oposição	Coluna Política+	Rosane de Oliveira	16/06/2017
T10	A desocupação da General Câmara	Coluna David Coimbra	David Coimbra	16/06/2017
T11	MLB, o grupo que liderava a ocupação	Notícias	Carlos Rollsing	17 e 18/06/2017

T12	PT promete acionar Sartori na Justiça	Notícias	José Luiz Costa	17 e 18/06/2017
T13	Brigada e grupo divergem sobre molotov e armas caseiras	Notícias	Humberto Trezzi	17 e 18/06/2017
T14	Sartori recebe Pretto após detenção de deputado	Notícias/política	Anderson Aires e Débora Cademartori	20/06/2017
T15	Caminhão da polêmica	Campo aberto	Gisele Loeblein	20/06/2017

Fonte: elaborado pelo autor.

No quadro 02, é apresentado um breve resumo sobre os textos analisados.

Quadro 02 - Descrição das matérias

Identificação do Texto	Título	Resumo
T1	Desocupação no centro	Chamada de capa.
T2	Prédio é alvo de reintegração	Matéria escrita pelo repórter que cobriu <i>in loco</i> o acontecimento.
T3	Deputado foi detido em ação	Matéria que relata a prisão do Deputado Estadual Jeferson Fernandes (PT).
T4	Desocupação leva a embate entre oposição e governo	Chamada de capa referente a coluna de Rosane de Oliveira.
T5	Por que à noite e sob frio? Faltou bom senso às autoridades	Chamada de capa referente a coluna de Humberto Trezzi.
T6	Como deve se comportar o estado de direito em casos pedregosos?	Chamada de capa referente a coluna de David Coimbra.
T7	Ação noturna abre polêmica sobre desocupações	Matéria sobre o acontecimento trazendo mais detalhes e relatos oficiais. Além de situar geograficamente o fato, é apresentada a história judicial da ocupação.
T8	Faltou bom senso	Coluna de Humberto Trezzi em que é criticada a ação do governo em ordenar a reintegração.
T9	Sequência de erros deu palanque para a oposição	Coluna de Rosane de Oliveira apresentando as consequências do acontecimento para o Governo do Estado.
T10	A desocupação da General Câmara	Coluna de David Coimbra em que, ao mesmo tempo que lamenta o fato, considera justa a ação do Estado e da BM.

T11	MLB, o grupo que liderava a ocupação	Matéria que apresenta o MLB, suas lideranças no RS e seus objetivos.
T12	PT promete acionar Sartori na Justiça	Matéria relatando as consequências da prisão do Deputado Jeferson para a política institucional.
T13	Brigada e grupo divergem sobre molotov e armas caseiras	Matéria apresentando visões sobre a resistência ocorrida no dia da reintegração.
T14	Sartori recebe Preto após detenção de deputado	Matéria relatando as consequências da prisão do Deputado Jeferson para a política institucional.
T15	Caminhão da polêmica	Matéria curta relatando descontentamento de funcionários da Emater pela presença de um caminhão da empresa no local do acontecimento.

Fonte: elaborado pelo autor.

A íntegra dos textos estão presentes nos anexos após as referências bibliográficas do presente trabalho.

Estudar os sentidos da cobertura do jornal Zero Hora implica compreender o posicionamento do veículo sobre questões relacionadas ao acontecimento, por isso, dentre os textos selecionados estão presentes notícias e reportagens (T2, T3, T7, T11, T12 e T13), chamadas de capa (T1, T4, T5 e T6), notas de colunas (T8, T9 e T10) e uma nota informativa (T15). O *corpus*, portanto, inclui tanto textos informativos quanto opinativos, por entender que ambos são necessários para a compreensão do discurso do jornal Zero Hora sobre o acontecimento.

A análise se limita à linguagem escrita, podendo ser do corpo da matéria jornalística, das legendas das fotos, títulos de matérias e caixas de texto. Exceção de seções em que continham transcrições de perguntas e respostas de entrevistas realizadas, onde foram analisadas apenas as sínteses escritas por jornalistas e quem eram as fontes ouvidas.

4.4 Os sentidos

Neste subcapítulo, serão apresentados os resultados da análise dos 15 textos selecionados. Inicialmente, mostrando os sentidos encontrados pelas formações discursivas nos textos veiculados no jornal Zero Hora. Na sequência, analisaremos as Formações Discursivas (FDs) e cada sentido apontado. As 81 SDs identificadas e incluídas na pesquisa possuem as marcas discursivas, que apontam para os sentidos do trecho, destacadas em negrito.

Ao longo dos textos analisados, foram identificados 11 sentidos, que correspondem a duas FDs: FD defesa da ordem burguesa (FD1) e FD denúncia social (FD2). Na primeira, estão contidos os sentidos que reportam a reintegração de posse na perspectiva de manutenção do *status quo* e a reafirmação do sistema político-econômico atual. Na segunda, estão presentes os sentidos em que são expostos os problemas sociais que levaram ao surgimento da ocupação Lanceiros Negros e as consequências da reintegração para seus moradores.

No quadro 03, estão listados os sentidos e formações discursivas.

Quadro 03 - Lista de Formações Discursivas e sentidos

FD	Sentidos	Nº de SDs
FD defesa da ordem burguesa	A ação como um “exagero” ou erro pontual do Estado	8
	Consequências para a política institucional	18
	Justificativa da ação dentro da legalidade jurídica	6
	Reprodução da lógica jurídico policial	15
	Contrariedade à ocupações	2
	Resolução dentro do sistema político-econômico vigente	3
FD denúncia social	Vulnerabilidade social	6
	Problema da moradia	3
	Retratação da violência	12
	Fontes e apresentação do movimento	7
	Questionamento da lei	2
Total de SDs		81

Fonte: elaborado pelo autor

4.4.1 FD defesa da ordem burguesa

Na FD defesa da ordem burguesa (FD1) estão contidos os sentidos e as SDs que trazem a ideia de reprodução do sistema político-econômico atual. Esses sentidos possuem um discurso estritamente funcionalista.

O entendimento de discurso funcionalista no jornalismo tem como base a teoria de Genro Filho (2012).

Essa corrente, que pretende atribuir-se uma aura de imparcialidade e objetividade, passa a hegemonizar os estudos nesse campo nos Estados Unidos e também na América Latina. O desenvolvimento dos meios de comunicação e o do próprio Jornalismo são analisados como processos independentes em relação ao desenvolvimento global das forças produtivas e da luta de classes, ou seja, apartados do movimento histórico em seu conjunto. Ao contrário, os meios de comunicação são tomados apenas como "função orgânica" da sociedade capitalista contemporânea, entendida esta como paradigma do progresso e da normalidade.²² (GENRO FILHO, 2012, p. 27)

Os sentidos citados a seguir, tem como característica não traçar o caminho do conhecimento que passa pelo singular, particular e universal. Apresentando o acontecimento sem contextualizá-lo historicamente. O singular está presente, mas o particular nem sempre, enquanto o universal não faz parte do escopo do discurso jornalístico analisado. São eles: 1) a ação como um "exagero" ou erro pontual do Estado; 2) consequências para a política institucional; 3) justificativa da ação dentro da legalidade jurídica; 4) reprodução da lógica jurídico policial; 5) contrariedade à ocupações, 6) resolução dentro do sistema político-econômico vigente, os sentidos serão analisados na sequência.

4.4.1.1 A ação como um "exagero" ou erro pontual do Estado

Esse sentido é encontrado em trechos em que há o questionamento da ação truculenta da Brigada Militar (BM), que desocupou o prédio em que moravam as 70 famílias durante uma noite fria de inverno em Porto Alegre. Porém, o questionamento

²² Genro Filho (2012) aborda funcionalismo em estudos sobre comunicação e jornalismo. Para o presente trabalho, aplico esse conceito de funcionalismo para analisar a produção jornalística da Zero Hora.

se limita ao horário e à forma em que foi realizada a desocupação, e não ao ato de expulsão em si, conforme se observa nas SDs a seguir.

OPERAÇÃO DA BRIGADA MILITAR, que cumpriu mandado de reintegração de posse em prédio ocupado pelo grupo Lanceiros Negros, na Capital, é questionada **devido** a horário e uso de força (SD19, T7)

[...] a Brigada Militar (BM) utilizou gás lacrimogêneo, spray de pimenta e bombas de efeito moral. Tudo à noite, **quando o usual, para evitar confusões, é que ações do tipo sejam feitas de dia.** (SD22, T8)

Em meio às descrições sobre a violência do acontecimento, é ressaltado o erro do Estado durante a ação reportada pelo jornal, mas sem mencionar sua responsabilidade por políticas de moradia.

Tudo indica que **faltou bom senso**, na desocupação e na detenção do parlamentar. (SD40, T8)

Cumprir ordem de despejo em uma noite de inverno, havendo crianças no prédio, foi o primeiro erro. [...] Arrastar e algemar o deputado Jeferson Fernandes foi o segundo problema. As imagens dessa noite de junho serão usadas exaustivamente contra o governo de José Ivo Sartori, que não teve sensibilidade para perceber as consequências da ação. (SD45, T9)

O termo “falta de bom senso” foi muito utilizado no T8, no qual o jornalista Humberto Trezzi expôs seu descontentamento com o acontecimento, mas sem entrar no debate sobre o déficit habitacional e a luta por moradia.

4.4.1.2 Consequências para a política institucional

As imagens e relatos fortes da violência da ação de reintegração de posse e das famílias despejadas impactam de forma direta o poder público, e, ao mostrar as consequências do acontecimento, o discurso de ZH assume um viés de disputa política institucional entre a situação, comandada pelo então Governador do Estado, José Ivo Sartori (PMDB), e a oposição, liderada pelo Deputado Estadual e Presidente da Assembleia Legislativa, Edegar Pretto (PT).

A retirada de 70 famílias do prédio que abrigava a Ocupação Lanceiros Negros, na esquina das ruas General Câmara e Andrade Neves, em Porto Alegre **estremeceu as relações do governo estadual com a oposição e gerou críticas ao Judiciário e ao Ministério Público.** (SD20, T7)

[Coluna de Rosane de Oliveira] Cumprir ordem de despejo em uma noite de inverno, havendo crianças no prédio, foi o primeiro erro. [...] Arrastar e algemar o deputado Jeferson Fernandes foi o segundo problema. **As imagens dessa noite de junho serão usadas exaustivamente contra o governo de José Ivo Sartori**, que não teve sensibilidade para perceber as consequências da ação. (SD45, T9)

A prisão do deputado estadual Jeferson Fernandes (PT) foi o fato que mais ganhou destaque nas folhas do jornal Zero Hora. O acontecimento também pode ser analisado à parte seguindo a ideia de jornalismo de Genro Filho (2012).

A prisão do deputado ocorre em meio a uma ascensão da extrema-direita na política nacional e ao envolvimento de setores da Polícia nas disputas políticas institucionais, que levaram à eleição de Jair Bolsonaro, capitão da reserva do Exército Brasileiro, à presidência em 2018, além da eleição de 73 policiais e militares para a Câmara dos Deputados e para o Senado no mesmo ano²³. Esse seria o contexto particular do acontecimento. Porém, a contextualização do fato pelo jornal vai para outro caminho: a ZH insere a disputa política do Palácio do Piratini ao acontecimento e, ao invés de contextualizá-lo sócio historicamente, o limita a ser um fato novo na política gaúcha, que poderia atrapalhar o plano de governo do então governador José Ivo Sartori (PMDB).

Desocupação leva a **embate entre oposição e governo** (SD15, T4)

SEQUÊNCIA DE ERROS DEU **PALANQUE PARA A OPOSIÇÃO** (SD41, T9)

Por que, então, o cumprimento da ordem judicial de desocupação do prédio desencadeou essa **guerra política no Rio Grande do Sul?** (SD43, T9)

O episódio causou **desconforto entre os dois poderes**. (SD78, T14)

Ao apresentar o MLB, organizador da ocupação, as matérias buscam trazer as ligações do movimento e de seus militantes e simpatizantes com o campo político partidário institucional. Nesse sentido, o jornal pretende enquadrar o movimento como um ator partidário do sistema político institucional, como consequência deslegitima a luta por moradia construída.

²³ Número de policiais e militares no Legislativo é quatro vezes maior do que o de 2014. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/eleicoes/2018/eleicao-em-numeros/noticia/2018/10/08/numero-de-policiais-e-militares-no-legislativo-e-quatro-vezes-maior-do-que-o-de-2014.ghtml>. Acesso em 22 de março de 2023.

Nos dias atuais, alguns dos líderes locais do MLB são Priscila e Nana Sanches. Ambas têm formação superior. **Priscilla concorreu a vereadora em Porto Alegre em 2016 pelo PSOL - ficou na suplência -, tendo arrecadado R\$ 1,9 mil para a campanha.** (SD57, T11)

[PCR] ENTIDADE PLANEJA CRIAR **PARTIDO POLÍTICO** (SD61, T11)

Na política, **uma das identidades do MLB é com o Partido Comunista Revolucionário (PCR), de orientação marxista-leninista.** A agremiação é pequena e não tem registro no Tribunal Superior Eleitoral (TSE). **Embora se identifique como "partido", não está apta a disputar eleições e funciona mais como organização social.** Nas recentes polarizações políticas do país, **o PCR chegou a se posicionar ao lado do governo de Dilma Rousseff.** (SD62, T11)

A informação do valor arrecadado para a campanha destacada na SD57 é colocada de forma descontextualizada na matéria. O trecho pode trazer um sentido de interesse financeiro das lideranças do movimento, principalmente levando em consideração o contexto político institucional da época: a Operação Lava-Jato ainda estava ativa²⁴ e as constantes denúncias de corrupção políticas trazidas pela imprensa levava a opinião pública a ter uma visão negativa da política.

Na SD62, o Partido Comunista Revolucionário (PCR) é reduzido a uma organização social, por não estar apto a disputar eleições. A única ação do partido presente no trecho é a de apoio à ex-presidenta Dilma Rousseff (PT). Em junho de 2017, o processo de golpe parlamentar que tirou o PT do Poder Executivo completava um ano, e o discurso tendenciosamente pró-golpe da ZH ainda era recente. Ao colocar o posicionamento favorável do PCR à Rousseff como única ação do partido, o jornal tenta inserir, erroneamente, o partido no mesmo campo político do PT.

A definição de política dessa pesquisa se baseia nas contribuições de Gramsci, que divide a política em duas partes: a “pequena política”, que seria a política parlamentar e as disputas de poder dentro do Estado, e a “grande política”, que seria a disputa de consciência da sociedade que envolve movimentos sociais e classes subalternas (FILHO; DURIGUETTO, 2016).

²⁴ A Operação Lava-Jato durou de 2014 a 2021 e foi um conjunto de investigações realizadas pela Polícia Federal, que cumpriu mais de mil mandados de busca e apreensão, de prisão temporária, de prisão preventiva e de condução coercitiva, visando apurar esquemas de lavagem de dinheiro. Em 2019, vazamentos de mensagens divulgados pelo portal The Intercept Brasil constataram que a operação era parcial e com motivações político partidárias e econômicas.

O discurso jornalístico da ZH coloca a “pequena política” como a própria definição de política, que só faz sentido em meio a disputas eleitorais dentro do Estado.

4.4.1.3 Justificativa da ação dentro da legalidade jurídica

A cobertura da ZH traz em diversas oportunidades embasamentos jurídicos para ação da BM e do Ministério Público, ao mesmo tempo em que deslegitima o movimento e ressalta a ilegalidade da ocupação.

O promotor de Justiça da Ordem Urbanística Cláudio Ari Mello entende que a **decisão foi cumprida dentro da legalidade**, já que **não existe norma jurídica dizendo que prédio público ocupado pode ser considerado moradia**: (SD30, T7)²⁵

(...) **os proprietários do imóvel têm seus argumentos**. No caso, o edifício ocupado é um prédio histórico, em localização nobre, de propriedade do Estado. Ou seja: da coletividade. **As autoridades dizem que, se bem usado, o prédio renderia recursos que poderiam ser empregados em benefício de muito mais pessoas do que as 60 famílias invasoras**. (SD50, T10)

Foi o roteiro do que aconteceu no centro de Porto Alegre. Quer dizer: foi uma **ação legítima**. (SD53, T9)

Nesse sentido, o direito do Estado em estar na posse do prédio está acima da luta por moradia e das reivindicações das 70 famílias despejadas. Nas SDs analisadas, não é mencionado o art. 39 do Estatuto das Cidades, que trata sobre a função social da propriedade, e o art. 6 da Constituição Federal, que trata sobre a moradia como direito social - legislação que poderia situar a ocupação, e, por consequência, a ação de reintegração de posse, em outros enquadramentos jurídicos, favoráveis ao movimento.

O discurso jornalístico deve expressar a pluralidade de visões sobre um assunto, e, em casos como esse, o não-dito tem tanta força quanto o dito (BENETTI, 2007). Ao não citar os artigos mencionados acima e não ter a devida diversidade de fontes e pontos de vista, o discurso de ZH se torna monofônico, ou seja, reproduz apenas a voz da classe dominante.

²⁵ O promotor de Justiça da Ordem Urbanística Cláudio Ari Mello tem atuado na defesa dos movimentos de luta por moradia. Por isso podemos dizer que, provavelmente, esse trecho foi selecionado da entrevista por se enquadrar com o posicionamento do veículo.

4.4.1.4 Reprodução da lógica jurídico policial

Ao citar diversas vezes a legalidade jurídica da reintegração de posse, a ZH espelha em suas páginas o ponto de vista do Estado e de suas instituições, como BM, Ministério Público (MP) e poder judiciário.

Brigada Militar **cumpriu** mandado de reintegração de posse em prédio ocupado pelo grupo Lanceiros Negros (SD1, T1)

[Coluna de David Coimbra] **A função da justiça é exatamente esta: dirimir conflitos.** E se, depois de tomada a decisão, uma das partes resiste em cumpri-la, **a Justiça terá de usar seu braço repressivo, que é a polícia.** (SD52, T10)

Na SD1, a BM seria um objeto passivo, que estava ali presente apenas para cumprir ordens como um órgão a serviço do Estado.

Quando as matérias abordam a questão das negociações realizadas entre o poder estatal e as lideranças do movimento por moradia, a ZH se limita a trazer apenas uma das versões sobre o conflito. No presente sentido, em nenhum momento é mencionado o ponto de vista dos ocupantes do prédio abandonado sobre as negociações.

Em nota, o governo do Estado justifica que "**foram feitas sucessivas mediações e esgotadas todas as alternativas de resolução consensual de conflito** ao longo de um ano e meio (SD27, T7)

[Coronel PM Jefferson Jacques] - Foi uma **resistência acima do nível que esperávamos.** Acreditávamos que fosse passível de negociação. Os ânimos se acirraram, não houve consenso e **tivemos de empregar o uso da força** - descreve o oficial. (SD28, T7)

[Coluna de Rosane de Oliveira] É fato que várias **tentativas de negociação** com os líderes da "Ocupação Lanceiros Negros" foram feitas, **sem sucesso**, desde 2015, quando o prédio foi invadido (SD44, T9)

Na SD28, a fonte entrevistada cita a resistência identificada no local e que, por isso, a BM não teve outra alternativa senão empregar o uso da força. Aqui o discurso responsabiliza os ocupantes sobre o acontecimento e a violência sofrida por eles próprios. Ao dar voz para o oficial e não trazer o contraponto, a ZH justifica a violência realizada pela BM.

Ainda na questão da oficialidade das fontes, foram ouvidas vozes de diversos órgãos que defenderam a ação. Nos relatos, a questão da normalidade do acontecimento é repetida.

Para o chefe da Casa Civil estadual, Fábio Branco, o Piratini considera que "**cumpriu o que foi acordado** com o Poder Judiciário e o Ministério Público". (SD36, T7)

No entendimento do presidente da Abojeris, **não houve falhas na operação**. (SD81, T14)

No T13, está presente a ideia de confronto, em que a BM, como fonte, afirma que os ocupantes do prédio estavam preparados para um conflito direto, por isso a ação violenta se justifica.

A Brigada Militar (BM) assegura que a Ocupação Lanceiros Negros não era apenas formada por famílias pacíficas, mas por militantes dispostos a resistir com armas caseiras à retirada determinada pela Justiça. (SD72, T13)

A pertinência de discursos oficiais coloca a ZH em posição de defensora do Estado e de seus métodos para lidar com conflitos com movimentos sociais. Nesse sentido, o jornal assume a perspectiva das fontes oficiais.

4.4.1.5 Contrariedade à ocupações

Nos espaços opinativos, os colunistas David Coimbra (T10) e Rosane de Oliveira (T9) demonstram a contrariedade ao método de ocupação urbana como instrumento na luta por moradia.

[Coluna de Rosane de Oliveira] A **invasão** de prédios públicos ou privados **não é o caminho** para resolver o problema da falta de moradia. (SD46, T9)

[Coluna de David Coimbra] Além disso, **como tornar privada uma propriedade pública?** Como dar a 60 famílias um bem que é de milhões? (SD51, T10)

Ao usar o termo "invasão" o discurso se posiciona de uma maneira condenatória aos participantes da ocupação. O discurso segue a ideologia dominante de preservação do *status quo*. Segundo Correia (1995), o jornalismo hegemônico, muitas vezes, configura "suas narrativas no sentido de acentuar o conformismo".

A naturalização da propriedade privada e a falta de aprofundamento na discussão sobre função social da propriedade marca a posição da ZH sobre a reintegração de posse da Lanceiros Negros.

4.4.1.6 Resoluções dentro do sistema político-econômico vigente

O presente sentido ocorre em dois momentos: na busca dos movimentos responsáveis pela ocupação por amparo jurídico e nas propostas de intervenção feitas pelos jornalistas.

Os advogados que representam os moradores da ocupação, ligada ao Movimento de Luta nos Bairros, Vilas e Favelas (MLB), disseram que um recurso para suspender a **ação chegou a ser protocolado na Justiça**, mas até o fechamento desta edição não havia sido apreciado. (SD8, T2)

[Coluna de Rosane de Oliveira] Uma alternativa socialmente justa seria incluir a construção de moradias no **programa de permuta** que começou com a troca de imóveis por vagas em presídios. (SD48, T9)

- Nossa área jurídica estuda as medidas necessárias. Analisamos todos os erros cometidos. **Tudo que for possível fazer juridicamente será feito** - afirmou a deputada Stela Farias, líder da bancada do PT no parlamento. (SD67, T11)

A SD 48 é a única ideia de proposta de resolução para o problema da moradia encontrado na análise, porém, dentro das limitações da política atual, sem propor uma ruptura com a lógica neoliberal. A proposta não é desenvolvida pela colunista e tem como exemplo uma parceria do Governo do Estado e o Grupo Zaffari, no qual a empresa privada assumiria a construção de uma nova casa prisional e receberia em troca uma área estadual²⁶.

As SDs 8 e 67 colocam como fonte as vítimas da ação da BM, e expressam a busca por justiça dentro das conformidades legais. Reforçando a ideia de soluções dentro dos limites do sistema, sem proposição de uma transformação social.

4.4.2 FD denúncia social

²⁶ Governo do RS assina contrato para construção de novo presídio em Porto Alegre. Disponível em: <https://gauchazh.clicrbs.com.br/seguranca/noticia/2017/12/governo-do-rs-assina-contrato-para-construcao-de-novo-presidio-em-porto-alegre-cjav7s4dc086801mk8y8ekkbx.html>. Acesso em 22 de março de 2023.

Na FD denúncia social (F2) estão contidos os sentidos relacionados aos problemas causados pelo sistema político-econômico atual, de acordo com algumas SDs analisadas. É importante ressaltar que a FD2 não apresenta sentidos antagônicos aos sentidos da FD1, apesar de constituir um discurso que não se limita ao relato do fato singular. Conforme aponta Meditsch:

Como produto social, o Jornalismo reproduz a sociedade em que está inserido, suas desigualdades e suas contradições. Nenhum modo de conhecimento disponível está completamente imune a isto. (MEDITSCH, 1997, p. 11)

Assim como na FD1, na FD2 o funcionalismo ainda está presente no discurso. Mesmo que apareçam aqui as consequências da ordem burguesa da sociedade, estas são apresentadas como disfunções do sistema, que “devem ser detectadas pela imprensa e corrigidas pelas autoridades” (GENRO FILHO, 2012, p. 162).

Ao apresentar questões como violência policial e desigualdade social, o discurso de denúncia social contribui para os objetivos dos movimentos sociais ao construir suas lutas, que é ter espaço na mídia para divulgar suas pautas. Os sentidos analisados a seguir são: 1) vulnerabilidade social; 2) problema da moradia; 3) retratação da violência; 4) fontes e apresentação do movimento; 5) questionamento da lei.

4.4.2.1 Vulnerabilidade social

Este sentido está presente, principalmente, nas primeiras matérias sobre o acontecimento, em que são descritas as consequências da reintegração para os moradores.

No final da noite, **moradores da ocupação retiravam pertences do local** (SD4, T2)

Parte dos removidos da Ocupação Lanceiros Negros convive com a **falta de condições mínimas de abrigo e com a incerteza sobre onde ficará.** (SD33, T7)

Ao adentrar na vida dos ocupantes, as matérias trazem a realidade de pessoas em Estado de vulnerabilidade social e os problemas habitacionais de Porto Alegre, avançando, assim, para o aspecto particular da questão.

As famílias que deram início à ocupação **são originárias, segundo o movimento, de áreas de risco** como Morro da Cruz, Lomba do Pinheiro e Vila Chocolate. (SD32, T7)

Nesse sentido, o discurso ajuda a traçar um perfil das famílias que compunham a ocupação e faz com que o leitor também tenha contato com a temática da desigualdade social.

4.4.2.2 Problema da moradia

O problema da moradia é o fato universal da história das ocupações urbanas no Brasil, e, durante a análise do *corpus*, foram identificadas três SDs que traziam o assunto em seu discurso.

Ainda que de forma breve e superficial, por apenas mencionar o problema e não aprofundar o relato sobre o contexto histórico e social da habitação no Brasil e em Porto Alegre, nas seguintes SDs pode ser identificado um discurso mais próximo do universal.

[Coluna de Rosane de Oliveira] Como **as políticas habitacionais são precárias** em todas as esferas de governo, o resultado é esse: **famílias morando em áreas invadidas ou de risco, enquanto o Estado é dono de um sem-número de imóveis que não utiliza porque são inadequados ou porque precisam de reforma.** (SD47, T9)

Nos últimos anos, com a **crise econômica e o desemprego**, as ocupações urbanas voltaram a se multiplicar na Região Metropolitana. (SD60, T11)

Essas SDs evidenciam um discurso sobre o fato de o Estado não resolver a questão habitacional, fazendo a devida contextualização do acontecimento.

No jornalismo, contextualizar é fornecer um plano de fundo mais detalhado possível dos acontecimentos já noticiados a respeito do mesmo tema gerador da notícia, dentro dos limites de espaço ou tecnologias disponíveis (LÜCKMAN; FONSECA, 2017). Essa contextualização é o que Genro Filho (2012) afirma que deve ser o horizonte da prática jornalística, constituindo o particular e universal do conhecimento produzido.

4.4.2.3 Retratação da violência

A retratação da violência é o sentido mais encontrado dentro da FD2, em grande parte dos trechos ela é feita em tom descritivo. Os detalhes e a descrição realizada pelos jornalistas ajudam a compreender detalhes do acontecimento e maneira como as forças policiais agiram.

Um morador da ocupação, que se identificou como Douglas, conta que **mulheres e crianças passaram mal por conta do cheiro de gás das bombas lançadas** no momento em que manifestantes tentavam impedir a ação (SD6, T2)

[...] a Brigada Militar (BM) utilizou **gás lacrimogêneo, spray de pimenta e bombas de efeito moral**. Tudo à noite, quando o usual, para evitar confusões, é que ações do tipo sejam feitas de dia. (SD21, T7)

Piorou a tensão o fato de **crianças estarem entre os ocupantes do prédio** (SD23, T7)

Organização líder da ocupação Lanceiros Negros, desfeita pela Brigada Militar em **ação com uso de força** na quarta-feira à noite, o Movimento de Lutas nos Bairros, Vilas e Favelas (MLB) é pouco conhecido do público do Rio Grande do Sul. (SD55, T11)

Além de detalhar a repressão policial das forças do Estado, foram consultadas fontes internas do movimento e das famílias. Nesse caso, podemos ressaltar que os moradores da ocupação são utilizados como fontes apenas na posição de vítima da violência, e não como agentes de luta.

Na presente análise, também foi considerada a solução do governo em alojar os ex-moradores da ocupação em um ginásio frio e com pouca comida como um ato de violência, por isso as SDs seguintes trazem esse sentido.

Ao chegar lá, descarregaram [os pertences das famílias] em um **ginásio frio e sem estrutura para cozinhar ou tomar banho**. (SD34, T7)

[...] a promessa era de que ficariam no abrigo o tempo que fosse necessário. Chegando ao Vida, porém, **homens, mulheres e adolescentes foram recebidos com dois litros de leite, um galão de 20 litros de suco em pó e duas panelas pequenas de massa com salsicha**. Essa teria sido a **única refeição oferecida pelo estado**. (SD35, T7)

Assim como no sentido de vulnerabilidade social, a retratação da violência também apresenta as duras consequências da reintegração de posse para os moradores. A descrição do ginásio onde as famílias foram levadas, a pouca opção de

alimentação e a presença de crianças e adolescentes no acontecimento, torna o fato mais chocante para a sociedade.

4.4.2.4 Fontes e apresentação do movimento

Além de ouvir e apresentar para o leitor, repetidas vezes, as vozes oficiais sobre o acontecimento, a ZH também deu espaço ao MLB e seus simpatizantes e militantes. O T11 é uma matéria produzida pelo jornalista Carlos Rollsing intitulada “MLB, o grupo que liderava a ocupação”. Nela, é onde se concentram a maior parte das SDs em que é apresentado o movimento.

Em T2, é apresentado um relato de pessoa em situação de vulnerabilidade social que foi acolhida pelo movimento, destacando a importância social da Ocupação Lanceiros Negros.

[...] um homem de origem indígena gritava: - A minha família passava fome e, **desde que coloquei meus pés aqui, fui acolhido**. E o governo faz o que por nós? Nos joga na rua. (SD9, T2)

[...] [MLB] Suas principais conquistas foram registradas no Ceará, em Minas Gerais, na Bahia e no Rio Grande do Norte: **ocupações foram transformadas em moradias definitivas para famílias a partir de processos de regularização fundiária**. (SD15, T11)

O discurso [do MLB] é de que se há imóvel sem uso, **ele pode ser ocupado, cumprindo assim uma "função social"**. (SD59, T11)

A SD 58 é a segunda em que é citada a questão da “função social da propriedade”, mas desta vez, do ponto de vista do movimento.

Um dos resultados da realização da Ocupação foi a proporção midiática que a seguiu e que **reacendeu o debate quanto à questão da habitação** em Porto Alegre, **levando à mobilização** de diversos setores da sociedade **a debater o tema e unir-se para a continuidade da Ocupação**. (SANCHES, 2021, p. 101)

Ao mencionar e conferir visibilidade à voz do movimento, o discurso jornalístico ajuda a introduzir no debate público organizações como o MLB e o PCR. Mesmo que, como já foi mencionado na análise da FD1, essas organizações tenham sido constantemente relacionadas com o campo político institucional

4.4.2.5 Questionamento da lei

Foram identificadas duas SDs que evidenciavam um discurso que questionava a ordem legal e discorria sobre a insatisfação das famílias desabrigadas. Ambas são de colunas opinativas.

[coluna de Humberto Trezzi] A mesma lei que permite retirada de pessoas à noite de um prédio público (continuo a achar isso temerário) **considera que o lar é domicílio inviolável, à noite.** (SD40, T8)

[coluna de David Coimbra] Mas que importância tem isso para as famílias que ficaram ao relento? De que serve a um pai saber que foi **através de instrumentos do Estado democrático de direito que sua família ficou sem teto? Quem passa fome pouco está ligando para a legalidade ou para a justiça.** (SD54, T10)

Ao apontar as incoerências da lei e criticar a legislação, o discurso contribui para que se tenha uma melhor compreensão sobre o caráter burguês do Estado. Além disso, o jornalista está colocando a dignidade humana acima de interpretações minuciosas da lei.

Importante apontar que esse questionamento não vem acompanhado de uma solução que aponte para uma transformação na relação entre a lei, a força policial e as ocupações urbanas. A SD48 apresenta um questionamento acerca da interpretação da lei vigente, enquanto a SD54 expõe uma reflexão sobre as consequências legais.

4.5 Síntese da análise

A partir da análise do corpus de pesquisa apresentado é possível fazer uma reflexão acerca dos sentidos identificados na cobertura do jornal Zero Hora sobre a reintegração de posse da Ocupação Lanceiros Negros.

Abreu (2019) afirma:

Mesmo no jornalismo tradicional há brechas por onde a realidade se insinua, e essas brechas são importantes porque é pelo jornalismo tradicional – parte do sistema hegemônico de mídia – que a maioria da população se informa. (ABREU, 2019, p. 344-345)

No caso da cobertura da Zero Hora, as **consequências** do caráter burguês do Estado são apresentadas em diversos trechos. Também é, de forma rasa,

apresentado o movimento de luta por moradia e relatos de suas lideranças. Porém, em menor número se comparado às sequências em que o acontecimento é justificado ou reduzido a um “ponto fora da curva” no curso da história. Além disso, a **crítica** a esse caráter de classe do Estado não é encontrada.

A Zero Hora, como um veículo hegemônico, não avança para o universal. Sua cobertura sobre o acontecimento é limitada ao singular e, em alguns momentos, atinge o particular. Importante ressaltar que o acontecimento teve espaço em 15 textos de diferentes formatos e enquadramentos publicados num período de cinco dias, portanto, não se trata apenas de uma notícia ou nota isolada. Mesmo assim, a cobertura pouco avança para além do conhecimento singular.

A quantidade de SDs que relacionam o fato com a política institucional e predominância de fontes oficiais do Estado, que foi o agente direto da reintegração faz com que possamos considerar a cobertura do jornal como predominantemente funcionalista.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho buscou compreender os sentidos da cobertura do jornal Zero Hora (ZH) sobre a ação de reintegração de posse da Ocupação Lanceiros Negros em Porto Alegre, no ano de 2017, utilizando como perspectiva teórica a obra de Adelmo Genro Filho e autores identificados com seus conceitos.

Cabe destacar que a Zero Hora é um jornal do Grupo RBS, veículo hegemônico dentro do sistema capitalista atual. Segundo Genro Filho (2012, p. 114): “No capitalismo, o jornalismo é atravessado pela ideologia burguesa como uma fruta é passada por uma espada”, isto é, o jornalismo realizado pela mídia hegemônica tende a refletir as ideias da burguesia e a contribuir para a manutenção do sistema atual.

E a posição negada em nome do princípio liberal do jornalismo - a imparcialidade - é que confirma a que veio a imprensa. É consenso sabê-la arauto da perspectiva histórica da burguesia e, assim, sustentação do capitalismo. (BERGER, 1996, *web*)

No primeiro capítulo, introduzi os conceitos que seriam acionados como lentes na análise do objeto de pesquisa. Em seguida, no segundo capítulo, apresentei o embasamento teórico do estudo. O terceiro capítulo tratou do objeto de pesquisa e da questão da moradia, trazendo teoria e dados para contextualizar o trabalho.

No quarto capítulo, apresentamos o método de pesquisa empírica, que foi a Análise de Discurso (AD) de linha francesa, o jornal a ser analisado, o *corpus* e a análise propriamente dita. A partir dela, foram identificadas duas formações discursivas, a FD1 – defesa da ordem burguesa e a FD2 - denúncia social. A FD1 constrói seis sentidos sobre a ação estudada, com 51 sequências discursivas (SDs) no total, sendo que os sentidos mais comuns são: consequências para a política institucional, com 18 SDs, e reprodução da lógica jurídico policial, com 15 SDs. A FD2 propõe cinco sentidos e tem um total de 30 SDs, sendo os sentidos mais comuns: retratação da violência, com 12 SDs, e vulnerabilidade social, com seis SDs.

O jornal Zero Hora, por sua estrutura e capacidade jornalística, cobriu integralmente o acontecimento e descreveu precisamente os fatos ocorridos. O repórter *in loco* que registrou o momento da retirada dos moradores foi essencial para que o relato jornalístico pudesse apresentar os detalhes da violência praticada pela Brigada Militar contra os ocupantes. Ao mesmo tempo, ao retratar o desamparo social

sofrido pelas famílias que ocupavam o prédio, citando a violência sofrida em noite fria em Porto Alegre, o local insalubre para onde algumas famílias foram enviadas e os relatos captados dos próprios ocupantes trazem para o leitor a sensação de injustiça e revolta, principalmente ao deixar clara a dicotomia entre a força armada do Estado contra famílias compostas por pais, mães, crianças e adolescentes que apenas buscavam um local para morar.

A matéria escrita por Carlos Rollsing, apresentando o MLB e trazendo um pouco da história, atuação e inserção política do movimento, demonstra o impacto do movimento na sociedade. Além de trazer para o debate público a luta por moradia.

Porém, como afirmado por Volochko (2018 apud ABREU, 2019), o jornalismo tradicional, ao noticiar acontecimentos relacionados a ocupações, tende a singularizá-los ao extremo. Apesar de retratar a violência e a vulnerabilidade social das famílias, o discurso da cobertura jornalística da Zero Hora não avança a pontos centrais do contexto histórico-social que levaram ao acontecimento.

A forma como foi abordada a prisão do deputado estadual Jeferson Fernandes (PT) é um exemplo. O fato foi mencionado repetidas vezes durante as matérias, o que podemos considerar justo dada a relevância do tema, que é a prisão de um representante do legislativo estadual eleito pela população realizada por um órgão do Estado, num momento em que este estava defendendo famílias de serem desabrigadas. Tudo isso ocorreu durante um momento de fortalecimento do discurso de extrema-direita, que desmoraliza a luta de movimentos sociais e por moradia, aliado ao aumento da politização das forças policiais no país. Porém, tal contexto sócio-histórico não foi abordado, pois as matérias do veículo buscavam retratar as consequências imediatas para a pequena política, que é, segundo Gramsci (2000 apud MORAES, 2010), a das disputas eleitorais dentro do poder do Estado.

Após mostrar a violência da reintegração e as consequências para as famílias, o discurso, ao invés de entrar numa lógica de crítica ao caráter de classe do Estado, acaba por considerar a reintegração de posse como um “deslize” pontual do governo estadual comandado por, à época governador do Rio Grande do Sul, José Ivo Sartori. As críticas, na maioria dos casos, como constatado na pesquisa, se limitam à forma e ao momento em que foi realizada a ação, e não ao ato de expulsão em si. No caso, o ato foi constantemente justificado nas 12 SDs que traziam a palavra de juristas, membros do governo e da própria BM.

Ao tratar sobre as negociações entre organizadores da ocupação e a BM, é retratado apenas o lado oficial. O que impede, ao menos no caso dessas matérias específicas, o leitor de entender os dois lados da situação e consolida a narrativa oficial como dominante.

Nos poucos trechos em que foram identificadas soluções para conflito e suas consequências, estas eram mediante políticas públicas que não contrariam a lógica neoliberal do Estado.

Ao decorrer das semanas, conforme foi aumentando a distância temporal do fato, o assunto foi sendo cada vez menos abordado nas páginas da Zero Hora, a ponto de, nas últimas 10 edições do jornal no mês de junho, não haver mais nenhuma menção ao acontecimento ou à situação das famílias desabrigadas.

Por esses motivos, podemos considerar que o discurso da Zero Hora sobre a reintegração de posse da Ocupação Lanceiros Negros é predominantemente funcionalista. Existem críticas, mas que não são antagônicas ao pensamento funcionalista, pois não há o devido aprofundamento sobre o contexto sócio-histórico do acontecimento, e tais críticas são realizadas sem a contestação do sistema político-econômico vigente.

Por fim, posso afirmar que a realização dessa pesquisa me trouxe a oportunidade de colocar em prática o método marxista de compreensão da realidade em um estudo que envolve jornalismo e luta por moradia. Que essa pesquisa traga alguma contribuição para os estudos de comunicação social e ajude a compreender o jornalismo como uma forma de conhecimento com potencial revolucionário.

REFERÊNCIAS

ABREU, Miriam Santini de. **Espaço e cotidiano no jornalismo**: crítica da cobertura da imprensa sobre ocupações urbanas em Florianópolis. 2019. Tese (Doutorado em Jornalismo) - Centro de Comunicação e Expressão, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2019.

ABREU, Míriam Santini de. **Ideologia na cobertura jornalística das ocupações urbanas e remoções na pandemia de Covid-19**. In 31 Simpósio Nacional de História. Rio de Janeiro, 2021.

BENETTI, M. Análise de discurso como método de pesquisa em comunicação. In: MOURA, C; LOPES, M (org.). **Pesquisa em comunicação**: metodologias e práticas acadêmicas. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2016.

BENETTI, M. Análise do discurso em jornalismo: estudo de vozes e sentidos. In: LAGO, C; BENETTI, M. **Metodologia de pesquisa em jornalismo**. Petrópolis: Vozes, 2007.

BERGER, C. L. **Campos em confronto**: jornalismo e movimentos sociais. As relações entre o Movimento Sem Terra e a Zero Hora. BOCC.com, 1996. Disponível em: <http://www.bocc.ubi.pt/pag/berger-christa-campos-1.html>. Acesso em 22 de março de 2023.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidente da República, [2016]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em 22 de fevereiro de 2023.

BRASIL, Lei 5788/90. **Estatuto da Cidade**. Presidente da República em 10 de julho de 2001.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **Henri Lefebvre: a problemática urbana em sua determinação espacial.** Geousp – Espaço e Tempo (online). Out-2020.

CORREIA, João C. **O poder do jornalismo e a mediatização do espaço público.** Disponível em: <http://www.bocc.ubi.pt/pag/jcorreia-poder-jornalismo.pdf>. Acesso em 22 de março de 2023.

DA SILVA, Karleany Gonçalves. **Mídia, esfera pública e a luta por moradia: Uma análise comparativa da cobertura da Folha de São Paulo sobre as ocupações de imóveis ociosos e o Conselho Municipal de Habitação em São Paulo.** 2017. Trabalho de conclusão de curso (Bacharelado em Ciência Política) - Instituto de Ciência Política, Universidade de Brasília, Brasília, 2017.

DURIGUETTO, Maria Lúcia; FILHO, Rodrigo de Souza. **Considerações sobre a questão da política no pensamento de Antônio Gramsci.** Revista Libertas, Juiz de Fora, v.21, n.1, p. 20-38, jan. / jun. 2021.

FERNANDES, Eduardo Georjão. **Campos de batalha jornalística: os enquadramentos construídos por Zero Hora, Diário Gaúcho e Sul21 na luta pela (i)legitimidade do ciclo de manifestações de 2013, em Porto Alegre/RS.** 2016. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Porto Alegre, 2016.

FERREIRA, Ana Carolina Coser. **O empobrecimento da população brasileira após 2015 e os impactos para a Seguridade Social.** 2022. Trabalho de conclusão de curso (Bacharelado em Ciências Atuariais) - Escola Paulista de Política, Economia e Negócios, Universidade Federal de São Paulo, São Paulo, 2022.

FONTANA, Julia. **Para além do plano diretor: os discursos sobre a função social da propriedade urbana no caso da Ocupação Lanceiros Negros, em Porto Alegre.** 2021. Trabalho de conclusão de curso (Bacharelado em Ciências Jurídicas e Sociais) – Faculdade de Direito, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2021.

GENRO FILHO, Adelmo. **O segredo da pirâmide**: para uma teoria marxista do jornalismo. Florianópolis: Insular, 2012.

GOMES, Luís Eduardo. **Lanceiros Negros, História de Vida e de Luta pela Moradia**. Porto Alegre: Diadorim, 2017.

GRUPO RBS. **Guia de ética e autorregulamentação jornalística**. Porto Alegre: RBS Publicações, 2011.

BM cumpre reintegração de posse em prédio que abriga a Ocupação Lanceiros Negros, em Porto Alegre. **GZH**. Disponível em: <https://gauchazh.clicrbs.com.br/porto-alegre/noticia/2017/06/bm-cumprereintegracao-de-posse-em-predio-que-abriga-a-ocupacao-lanceiros-negros-em-porto-alegre-9816507.html>. Acesso em 23 de fevereiro de 2023.

HARVEY, David. **Cidades rebeldes**: do direito à cidade à revolução urbana. São Paulo: Martins Fontes. 2014

JUSTINO, Guilherme Jancowski de Avila. **Aproximações e afastamentos entre conglomerados de comunicações no Rio Grande do Sul**: estratégias empresariais do Grupo RBS. 2020. Dissertação (Mestrado em Comunicação e Informação) – Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2020.

LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade**. São Paulo: Centauro, 2001.

LUCKMAN, Ana Paula; FONSECA, Virginia Pradelina da Silveira. **Contexto e contextualização no Jornalismo**: uma proposta conceitual. Estudos em Jornalismo e Mídia, v. 14, n. 2. julho a dezembro de 2017.

MACHADO, Elias. **O pioneirismo de Robert E. Park na pesquisa em Jornalismo**. Estudos em Jornalismo e Mídia Vol.II Nº 1 - 1º Semestre de 2005.

MARICATO, Erminia. **A terra é um nó na sociedade brasileira... Também nas cidades.** Disponível em: http://www.labhab.fau.usp.br/wp-content/uploads/2018/01/maricato_terransociedadebrasileira.pdf. Acesso em 22 de fevereiro de 2023.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Manifesto do Partido Comunista.** São Paulo: Edipro, 2015.

MARTINS, Raphael Martins de; LIMA, Caroline Magalhães. **Por que o programa Minha Casa Minha Vida não resolveu o déficit habitacional?** Reflexões sobre a questão da habitação no Brasil. In: XVI ENPESS. Vitória, 2018.

MEDITSCH, Eduardo. **O jornalismo é uma forma de conhecimento?** Revista Brasileira de Ciências da Comunicação, v. 21, n. 1, p. 25-38, jan-jun, 1998. Disponível em: <http://www.bocc.ubi.pt/pag/meditsch-eduardo-jornalismo-conhecimento.pdf>. Acesso em 22 de março de 2023.

MELO, Isabelle Anchieta de. **A notícia como forma de conhecimento segundo Robert Park.** 2007. Disponível em: <http://www.bocc.ubi.pt/pag/melo-isabelle-noticiacomo-forma-conhecimento.pdf>. Acesso em 22 de março de 2023.

MLB. **Morar dignamente é um direito humano!** As propostas do MLB para a reforma urbana. 2014. Disponível em: https://www.mlbrasil.org/files/ugd/ab3c6b_1bfe13eef6cc46ca820c8dc9b51e397f.pdf. Acesso em 23 de fevereiro de 2023.

MORAES, Dênis de. **Comunicação, hegemonia e contra-hegemonia: a contribuição teórica de Gramsci.** REVISTA DEBATES, Porto Alegre, v.4, n.1, p. 54-77, jan.-jun. 2010.

ORLANDI, Eni. **Análise de Discurso: princípios e procedimentos.** Campinas: Pontes, 2000.

PARK, R. A notícia como forma de conhecimento: um capítulo dentro da sociologia do conhecimento. In: BERGER, C.; MAROCCO, B. (org.). **A era glacial do jornalismo: teorias sociais da imprensa**. V. 2. Porto Alegre: Sulina, 2008.

PINTO, Milton José. **Comunicação e discurso**: introdução à análise de discursos. São Paulo: Hacker Editores, 1999.

PONTES, Felipe Simão. **Adelmo Genro Filho e a teoria do jornalismo no Brasil: Uma análise crítica**. 2015. Tese (Doutorado em Sociologia Política) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2015.

ROLNIK, Raquel. **Guerra dos lugares**: a colonização da terra e da moradia na era das finanças. 1ª ed. São Paulo: Boitempo, 2015.

RUFINO, Maria Beatriz Cruz. **Transformação da periferia e novas formas de desigualdades nas metrópoles brasileiras**: um olhar sobre as mudanças na produção habitacional. Cad. Metrop., São Paulo, v. 18, n. 35, pp. 217-236, abr 2016.

SANCHES, Nanashara D'Ávila. **As ocupações no centro histórico de Porto Alegre e a formação de territórios de resistência**. 2021. Tese (Doutorado em Geografia) – Instituto de Geociências, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2021.

SANCHES, Nanashara D'Ávila; SOARES, Paulo Roberto Rodrigues. **Políticas de Habitação Popular no centro de Porto Alegre/RS**: entre o Estado e a organização social. VCII ENANPUR, São Paulo, 2017.

Com bombas e repressão, BM realiza operação de reintegração de posse da Lanceiros Negros. Sul21. Disponível em <https://sul21.com.br/noticias/geral/2017/06/com-bombas-e-repressao-bm-inicia-operacao-de-reintegracao-de-posse-da-lanceiros-negros/>. Acesso em 23 de fevereiro de 2023.

TAVARES, Elaine. **A COPA E A MÍDIA**: reflexões sobre a mais-valia ideológica, a soberania comunicacional e o jornalismo. *Motrivivência* Ano XXI, Nº 32/33, P. 156-177 Jun-Dez./2009

_____. Elaine. **Jornalismo nas margens**: uma reflexão sobre a comunicação em comunidades empobrecidas. Florianópolis: Companhia dos Loucos, 2004.

VEIGA DA SILVA, Márcia. **Masculino, o gênero do jornalismo**: um estudo sobre os modos de produção das notícias. 2010. Dissertação (Mestrado em Comunicação e Informação) – Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010.

VERSIANI, Isabela Veloso Lopes. **Lazer e direito à cidade**: Interações e potencialidades no cotidiano urbano. In: XIX Encontro Nacional da ANPUR. Blumenau, 2022.

VIGEL, M. Z. **Comportamento de consumo de jornais por jovens**: uma análise do meio impresso e online. 2013. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Administração) – Departamento de Ciências Administrativas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013.

ANEXO A - T1



PORTO ALEGRE
ANO 54 N° 18.804 - 2ª EDIÇÃO
SC/PR - R\$ 4 | DEMAS REGIÕES - R\$ 5,50
R\$ 3,50
Preço de R\$ 3,37 | PIs e Collm R\$ 0,13

QUINTA
15 JUNHO 2017

DEPOIMENTO À PF**EDUARDO CUNHA DIZ QUE NÃO VENDEU SEU SILÊNCIO**

Ex-presidente da Câmara falou em inquérito que investiga Temer no caso das gravações com JBS.

Notícias | 9 e 21

Presidente manobra para barrar denúncia de Janot

Para garantir a rejeição de acusações da PGR pela Câmara, Temer distribui emendas e cargos, oferece benesses a governadores, faz promessas a PMDB e PSDB e avalia trocar comando da PF.

Notícias | 6 a 8 e 20

SUSPEITA DE PROPINA MESMO AFASTADO, AÉCIO VAI RECEBER PARTE DO SALÁRIO

Senado cortou uso de carro oficial e retirou o nome do tucano do painel de votações.

Notícias | 11



DESOCUPAÇÃO NO CENTRO

Brigada Militar cumpriu mandado de reintegração de posse em prédio ocupado pelo grupo Lanceiros Negros desde novembro de 2015, na Capital. Três pessoas foram detidas na ação, incluindo o deputado Jeferson Fernandes (PT).

Porto Alegre | 22

FOGO EM PRÉDIO DE LONDRES MATA PELO MENOS 12 PESSOAS

Edifício residencial de 24 andares foi destruído por chamas que deixaram dezenas de feridos.

Notícias | 16

ESTADO PROMETE R\$ 38 MILHÕES PARA REFORMAR ESCOLAS

Piratini anunciou verbas para infraestrutura e a contratação de mais 269 professores.

Sua Vida | 24

GODOY CRUZ SERÁ O RIVAL DO GRÊMIO NA LIBERTADORES

Time de Renato enfrentará nas oitavas clube argentino de Mendoza. A partida decisiva será na Arena.

Esporte | 28 e 29

A GAITA VOLTA PARA BERENICE

Em enredo de filme, polícia recupera instrumento furtado.

Notícias | 18



ANEXO B – T2 e T3

PORTO ALEGRE | HABITAÇÃO

(51) 3218-6452
Editor: Rodrigo Muzell
rodrigo.muzell@zerohora.com.br(51) 3218-4832
Editor: Eduardo Rosa
eduardo.rosa@zerohora.com.brZERO HORA
QUINTA-FEIRA,
15 DE JUNHO DE 2017 22

Prédio é alvo de reintegração

CONSTRUÇÃO NO CENTRO abrigava Ocupação Lanceiros Negros. Brigada usou bombas de efeito moral



EDUARDO MATOS
eduardo.matos@rdgaucha.com.br

O prédio que desde novembro de 2015 abrigava a Ocupação Lanceiros Negros, na esquina das ruas General Câmara e Andrade Neves, foi alvo de uma reintegração de posse na noite de ontem. Para cumprir a decisão judicial, a Brigada Militar utilizou gás lacrimogêneo, spray de pimenta e bombas de efeito moral.

A ação se iniciou por volta das 19h, horário em que uma audiência pública sobre a ocupação era realizada na Assembleia Legislativa. Os policiais tentaram derrubar a porta do prédio, mas não conseguiram. Amarraram, então, uma corrente na viatura e outra na porta para arrancá-la. Eram cerca de 19h30min quando ingressaram na construção.

Um morador da ocupação, que se identificou como Douglas, conta que mulheres e crianças passaram mal por conta do cheiro de gás das bombas lançadas no momento em que manifestantes tentavam impedir a ação.

O titular do Comando de Policiamento da Capital (CPC), coronel Jefferson Jacques, afirma que a utilização da força, em casos como esse, se dá conforme a resistência apresentada pelos manifestantes.

– Foi uma resistência acima do nível que esperávamos. Acreditávamos que fosse haver resistência, mas passível de negociação. Os ânimos se acirraram, não houve recurso e tivemos de empregar o uso da força – disse o oficial.

Os advogados que representam os moradores da ocupação, ligada ao Movimento de Luta nos Bairros, Vilas e Fave-

las (MLB), disseram que um recurso para suspender a ação chegou a ser protocolado na Justiça, mas até o fechamento desta edição não havia sido apreciado.

Na saída do prédio, um homem de origem indígena gritava: – A minha família passava fome e, desde que coloquei meus pés aqui, fui acolhido. E o governo faz o que por nós? Nos joga na rua.

Em nota, o governo do Estado afirma que “o local será reintegrado e ocupado pela Defesa Civil e por setores da Casa Civil”. Ressalta que “foram feitas sucessivas mediações e esgotadas todas as alternativas de resolução consensual de conflito ao longo de um ano e meio”.

CASO TRAMITA NA JUSTIÇA DESDE 2015

A expedição do mandado de reintegração de posse foi determinada na segunda-feira pela juíza Aline Santos Guaranha. O caso tramita na Justiça desde novembro de 2015 – na época, o Estado, proprietário do prédio, ingressou com o pedido, poucos dias após as famílias se instalarem na construção. Inicialmente concedida, a reintegração foi suspensa pelo Tribunal de Justiça até que o Estado apresentasse alternativas de moradia.

Em agosto passado, a decisão foi reformada pela 3ª Vice-Presidência do TJ, que também não admitiu os recursos interpostos aos tribunais superiores. No mês passado, a Procuradoria-Geral do Estado (PGE), alegando o esgotamento das tentativas de conciliação, reiterou o desejo de reaver o prédio, medida atendida pela 7ª Vara da Fazenda Pública.

Deputado foi detido em ação

ANDERSON AIRES
anderson.aires@zerohora.com.br

Durante a reintegração, o deputado estadual Jefferson Fernandes (PT) foi detido. Com moradores da ocupação, ele participava da audiência pública na Assembleia Legislativa quando foi informado da ação e se dirigiu ao prédio do Centro Histórico. Ao menos outras duas pessoas foram detidas pela BM.

Mais tarde, o político foi até o Palácio da Polícia para registrar ocorrência sobre o fato. No local, os deputados estaduais Edegar Pretto, presidente da Assembleia Legislativa, e Adão Villaverde e a deputada federal Maria do Rosário – todos do PT – o acompanharam.

– Todos sabiam que ele era um parlamentar, ele se identificou, mesmo assim foi preso, deitado no chão, chutado e recebeu golpes de cassetete e gás lacrimogêneo no rosto. O poder Legislativo foi afrontado violentamente – disse Pretto.

Após detê-lo, os policiais teriam circulado com Fernandes por diversas vias do centro da Capital antes de soltá-lo em frente ao Theatro São Pedro, conforme relato do presidente da Assembleia.

O comandante do policiamento da Capital, coronel Jefferson Jacques, disse que a BM deteve o deputado após decisão do oficial de Justiça:

– Ele foi removido, aguardou em um perímetro afastado até que o oficial comparecesse ao local e o liberasse.

No final da noite, moradores da ocupação retiravam pertences do local

JUSTIÇA

Cootravipa não receberá pagamentos sob suspeita

ADRIANA IRION
adriana.irion@zerohora.com.br

A Procuradoria-Geral do Município (PGM) teve sucesso em um recurso junto ao Tribunal de Justiça (TJ) para reverter a decisão que havia determinado que a Cooperativa dos Trabalhadores Autônomos das Vilas de Porto Alegre (Cootravipa) voltasse a receber pagamentos do município. Com a decisão, a terceirizada seguirá sem receber valores do Departamento de Esgotos Pluviais (DEP) por serviços que estão sob suspeita.

Em abril, com base em uma inspeção especial, o Tribunal de Contas do Estado (TCE) emitiu medida cautelar suspendendo o pagamento, por parte do DEP, de R\$ 10 milhões a empresas terceirizadas. Entre as irregularidades estavam cláusulas restritivas à competição em editais de licitação, cobrança de desobstrução de redes pluviais em trechos inexistentes, pagamentos por reformas não realizadas nas casas de bombas, entre outras.

CINCO CONTRATOS ANALISADOS NO TCE

A Cootravipa, que teve cinco contratos analisados na inspeção do TCE e R\$ 6,7 milhões bloqueados, ingressou com mandado de segurança junto ao TJ. No final de maio, o tribunal suspendeu parcialmente os efeitos da decisão do TCE e autorizou que a Cootravipa recebesse 70% do que tinha direito.

À época, a cooperativa informou que o DEP lhe devia em torno de R\$ 900 mil. A PGM recorreu ao TJ e conseguiu suspender a decisão anterior do tribunal. Desta forma, os pagamentos pelo DEP à Cootravipa seguem bloqueados. Quando o debate em torno dos pagamentos começou, a cooperativa tinha cinco contratos com o DEP – quatro de manutenção corretiva de redes pluviais e um de operação de casas de bombas.

Os quatro primeiros já se encerraram e, no momento, o DEP está sem esses serviços. Uma licitação foi lançada, mas a Cootravipa impugnou o pregão. O contrato das casas de bombas termina em agosto.

– Vamos recorrer para tentar reverter essa nova decisão – diz Artur Garrastazu Gomes Ferreira, advogado da Cootravipa.

ANEXO C – T4, T5 e T6

Salvar

ZH ZERO HORA

PORTO ALEGRE
ANO 54 N° 18.805
2ª EDIÇÃO
SC, PR, RS 4
DEMAIS REGIÕES - R\$ 5,50
R\$ 3,50
Produto R\$ 3,27 | Pm e Cobrança R\$ 0,23

SEXTA
16 JUNHO 2017



GRÊMIO VENCE O FLU E SEGUE NO ENCALÇO DO LÍDER

Gols de Luan (foto) e Edilson garantiram o placar de 2 a 0 no Maracanã pelo Brasileirão.

Esporte | 28 e 29



Em trecho da Protásio Alves, uma das mais importantes avenidas da Capital, há uma média de um buraco a cada 8,9 metros. A amostra revela os efeitos da chuva que passou e do conserto que não chega.

Porto Alegre | 22

3KM, 335 BURACOS



Desocupação leva a embate entre oposição e governo

Ação da BM, que cumpriu reintegração de posse em prédio ocupado por 70 famílias em Porto Alegre, é questionada devido a horário e uso de força. Assembleia pede explicação sobre prisão de deputado, enquanto promotor quer regras para assistência a moradores.

HUMBERTO TREZZI

POR QUE À NOITE E SOB FRIO?

FALTOU BOM SENSO ÀS AUTORIDADES

DAVID COIMBRA

COMO DEVE SE COMPORTAR O ESTADO

DE DIREITO EM CASOS PEDREGOSOS?

Notícias | 6 a 8 e 39

MAIA COGITA ADIAR RECESSO PARA VOTAR DENÚNCIA DA PGR

Estratégia da base aliada de Temer pode fracassar, já que acusação formal deve ficar 20 dias no STF.

Notícias | 10

CONTRA A CRISE, FHC SUGERE ANTECIPAR ELEIÇÕES GERAIS

Ex-presidente pediu que atual inquilino do Palácio do Planalto tenha um "gesto de grandeza".

Notícias | 12

ANEXO D – T7

NOTÍCIAS | REPORTAGEM ESPECIAL

(51) 3218-4395
Editora: Dione Kuhn
dione.kuhn@zerohora.com.br(51) 3218-4702
Editor: Leandro Fontoura
leandro.fontoura@zerohora.com.brZERO HORA
SEXTA-FEIRA,
16 DE JUNHO DE 2017

6

AÇÃO NOTURNA ABRE POLÊMICA SOBRE DESOCUPAÇÕES



Cerca de 70 famílias moravam no edifício invadido em novembro de 2015

OPERAÇÃO DA BRIGADA MILITAR, que cumpriu mandado de reintegração de posse em prédio ocupado pelo grupo Lanceiros Negros, na Capital, é questionada devido a horário e uso de força



COMO AJUDAR

Movimentos estão recebendo doações para as famílias. Alimentos, material de limpeza e de higiene pessoal, roupas e cobertores podem ser entregues na Ocupação Mulheres Mirabal (Rua Duque de Caxias, 380, Centro Histórico, Porto Alegre).

A retirada de 70 famílias do prédio que abrigava a Ocupação Lanceiros Negros, na esquina das ruas General Câmara e Andrade Neves, em Porto Alegre, estremeceu as relações do governo estadual com a oposição e gerou críticas ao Judiciário e ao Ministério Público. É que, para cumprir a decisão judicial de desocupação do edifício público, na quarta-feira, a Brigada Militar (BM) utilizou gás lacrimogêneo, spray de pimenta e bombas de efeito moral. Tudo à noite, quando o usual, para evitar confusões, é que ações do tipo sejam feitas de dia.

Piorou a tensão o fato de crianças estarem entre os ocupantes do prédio, invadido em novembro de 2015. Para entrar no edifício, os policiais amarraram uma corrente a uma viatura e arancaram a porta. Tudo isso gerou polêmica. Até porque, ao defender os moradores, o deputado estadual Jefferson Fernandes (PT) foi detido e reclamou de ter sido agredido. O presidente da

Assembleia Legislativa, deputado Edgar Pretto (PT), considera que na desocupação ocorreram "cenas de tortura". – A Assembleia precisa de uma resposta a um ataque tão frontal ao parlamento. Um membro seu, no exercício de suas atividades, presidente da Comissão de Direitos Humanos, que tinha de estar exatamente onde estava, foi preso. Mesmo tendo se identificado como parlamentar, foi algemado, arrastado pelas pernas, teve gás de pimenta jogado no rosto. Teve cenas de tortura. Pegaram os dedos dele e dobraram para trás – descreve Pretto.

Em nota, o governo do Estado justificou que "foram feitas sucessivas mediações e esgotadas todas as alternativas de resolução consensual de conflito ao longo de um ano e meio". O chefe da Casa Civil, Fábio Branco, promete esclarecimentos (veja ao lado). Ele ressalta que a retirada aconteceu à noite por determinação de um oficial de Justiça, fato confirmado por Túlio Martins,

presidente do Conselho de Comunicação Social do Tribunal de Justiça. O desembargador ressalva que o melhor momento para atuação é sempre negociado com a BM.

PROMOTOR SUGERE REGRAS DE APOIO A MORADORES

Titular do Comando de Policiamento da Capital (CPC), o coronel PM Jefferson Jacques salienta que a utilização da força se dá conforme a postura dos manifestantes.

– Foi uma resistência acima do nível que esperávamos. Acreditávamos que fosse passível de negociação. Os ânimos se acirraram, não houve consenso e tivemos de empregar o uso da força – descreve o oficial.

A decisão da BM seguiu orientação da 7ª Vara da Fazenda Pública de Porto Alegre, que autorizou a remoção das famílias "fora do horário de expediente", por se tratar de área de trânsito movimentado. Advogado dos moradores, Diogo Silveira defende que a ação deveria ter sido executada durante o dia, já que a lei prevê horário para cumprimentos judiciais em domicílio.

– Na atual circunstância, o prédio funcionava como moradia, ainda que

temporária, daquelas famílias – diz.

O promotor de Justiça da Ordem Urbanística Cláudio Ari Mello entende que a decisão foi cumprida dentro da legalidade, já que não existe norma jurídica dizendo que prédio público ocupado pode ser considerado moradia:

– O Artigo 5º da Constituição fala em inviolabilidade de domicílio. Como não se trata de domicílio, a ação foi amparada no artigo 212 do novo Código de Processo Civil, que recomenda aos atos processuais se iniciarem antes das 20h. Como começou às 19h, poderia ter seguido à noite.

Mello afirma ter cogitado a possibilidade de fazer o isolamento da área à noite e retirar as famílias pela manhã. Mas a última tentativa de reintegração que ocorreu durante o dia, em maio de 2016, foi frustrada pela aglomeração de movimentos sociais. Ele admite que a desocupação deveria seguir método que minimize o impacto às famílias e sugere criação de um protocolo para atender aos moradores após a desocupação:

– Um conjunto de regras para definir para onde levar essas famílias, quanto tempo vão ficar no espaço determinado e se vai haver atendimento de assistência social.

ANEXO E – T7 e T8

ZERO HORA
SEXTA-FEIRA,
16 DE JUNHO DE 2017

CASO TRAMITA NA JUSTIÇA DESDE 2015

▶ A Ocupação Lanceiros Negros é a primeira organizada no Estado pelo MLB, movimento surgido em Recife há mais de 15 anos. A preparação para a chegada ao prédio, que estava desocupado há mais de 10 anos, durou nove meses. As famílias que deram início à ocupação são originárias, segundo o movimento, de áreas de risco como Morro da Cruz, Lomba do Pinheiro e Vila Chocolateado.

▶ A expedição do mandado de reintegração de posse foi determinada na segunda-feira pela juíza Aline Santos Guarani, com a possibilidade de ser cumprido a qualquer momento – inclusive em feriado e fim de semana, para evitar transtornos no trânsito.

▶ O caso tramita na Justiça desde novembro de 2015 – na época, o Estado, proprietário do prédio, ingressou com o pedido de reintegração de posse poucos dias após as famílias se instalarem na construção. Inicialmente concedida, a reintegração foi suspensa pelo Tribunal de Justiça até que o Estado apresentasse alternativas de moradia para os ocupantes.

▶ Em agosto passado, a decisão foi reformada pela 3ª Vice-Presidência do TJ, que também não admitiu os recursos interpostos aos tribunais superiores. No mês passado, a Procuradoria-Geral do Estado (PGE), alegando o esgotamento das tentativas de conciliação, reiterou o desejo de reaver o prédio, medida atendida pela 7ª Vara da Fazenda Pública.



Antes de ser ocupado pela comunidade Lanceiros Negros, funcionava no prédio a antiga sede do Ministério Público Estadual. O governo afirma que o imóvel será ocupado pela Defesa Civil e por setores da Casa Civil. Segundo o Piratini, o edifício "oferece risco por ser histórico, impróprio para habitação, sobretudo pelo piso antigo estar cedendo".

SUA
SEGURANÇA



Humberto Trezzi
humberto.trezzi@zerohora.com.br

Faltou bom senso

É quase certo que, mesmo feita de dia, a retirada das famílias da Ocupação Lanceiros Negros enfrentaria resistência por parte dos que ali decidiram morar. Se não física, pelo menos verbal. Desocupar uma fazenda, prédio ou terreno invadido é sempre tarefa delicada. Dito isso, é preciso questionar: por que escolheram uma noite fria para remover os ocupantes do prédio? Ainda mais com crianças residindo ali?

Explicações já foram dadas, mas convencem pouco. É verdade que o novo Código Civil permite reintegrações de posse até 20h (noite escura, no inverno). Soa absurdo, mas permite. É também verdade que a juíza da 7ª Vara da Fazenda Pública autorizou o cumprimento da ordem em feriado ou fim de semana, e fora do horário de expediente, "pelo imóvel se situar em local de muito movimento".

Mas a magistrada ressaltou: "se necessário". Era necessário? Ou poderia ter sido feito no feriado de Corpus Christi ou no fim de semana, de dia, como a própria juíza sugeriu?

Por que à noite e sob frio, quando tudo fica mais difícil? A dedução lógica é que a intenção era pegar de surpresa os ocupantes. Pode ter facilitado o trabalho da Brigada Militar, mas tornou a desocupação um drama. A mesma lei que permite a retirada de pessoas à noite de um prédio público (continua a achar isso temerário) considera que o lar é domicílio inviolável, à noite. E aquelas pessoas que foram retiradas consideravam aquele o seu lar. Se o prédio estava vazio há mais de década, não custava ver um projeto de possível aproveitamento dele como moradia.

Existe ainda a questão da prisão do deputado. Parlamentares podem ser presos em flagrante, mas é de bom tom que isso ocorra? Anos atrás o deputado Dionísio Marcon (PT) foi levado a uma delegacia durante invasão de uma indústria de alimentos em Esteio. São casos raros, e o usual é que um poder não execute a prisão do outro, menos ainda por motivos banais. E soam banais as razões para a prisão, tanto que o deputado já foi solto. Tudo indica que faltou bom senso, na desocupação e na detenção do parlamentar.

Famílias não têm onde ficar

Parte dos removidos da Ocupação Lanceiros Negros convive com a falta de condições mínimas de abrigo e com a incerteza sobre onde ficará. Cerca de 20 pessoas foram encaminhadas a um ginásio no Vida Centro Humanístico, no bairro Sarandi, distante mais de 15 quilômetros de onde estavam, um abrigo improvisado oferecido pelo governo do Estado na noite anterior. Três caminhões de frete com pertences recolhidos pela Brigada Militar – como geladeira, fogão, cobertores, roupas – foram deixados no local. Ao chegar lá, descarregaram em um ginásio frio e sem estrutura para cozinhar ou tomar banho.

– Não temos estrutura, não tem segurança. Aqui não é um abrigo. Temos atividades todos os dias aqui, abertas à comunidade. Tinham nos avisado que viriam só 20 pessoas, não sabíamos que viriam os pertences também – explica o coordenador do Vida, Tiago Machado.

As famílias asseguraram ter sido informadas de que seriam acolhidas em um local com estrutura, com cama, comida e banho. Segundo o Movimento de Luta nos Bairros, Vilas e Favelas (MLB), a promessa era de que ficariam no abrigo o tempo que fosse necessário. Chegando ao Vida, porém, homens, mulheres e adolescentes foram recebidos com dois litros de leite, um galão de 20 litros de suco em pó e duas panelas pequenas de massa com salsicha. Essa teria sido a única refeição oferecida pelo Estado.

Ontem, no início da noite, mulheres e crianças deixaram o Vida e se dirigiram à Ocupação Mulheres Mirabal, no Centro.

“Foi uma operação tranquila”

ENTREVISTA

FÁBIO BRANCO
Chefe da Casa Civil

JOSÉ LUIS COSTA
jose.luis.costa@zerohora.com.br

Para o chefe da Casa Civil estadual, Fábio Branco, o Piratini considera que “cumprir o que foi acordado com o Poder Judiciário e o Ministério Público”. Leia trechos da entrevista concedida na manhã de ontem, antes da nota oficial do governo.



Qual a avaliação do episódio?
Era uma determinação judicial que vinha desde 2015, em tentativas de negociação, para que não se chegasse à ação de reintegração. O governo cumpriu determinação judicial. Toda a operação foi (coordenada) pelo oficial de Justiça.

O governo irá se manifestar?
Ontem (quarta-feira), fizemos nota oficial de que foi cumprida deter-

minação judicial. Foi uma operação tranquila dentro daquilo que foi o propósito da reintegração.

O senhor considera tranquila a operação de ontem?
Não. Da retirada das pessoas. Lá internamente, das 70 famílias, não teve nenhum episódio. Internamente, daquilo que foi objeto da remoção, cumprimos tudo aquilo que foi acordado.

“Não cabe a um deputado incitar o descumprimento da lei”, diz Piratini

Às 21h33min de ontem, o secretário da Casa Civil estadual, Fábio Branco, enviou nota oficial de esclarecimento. Abaixo a íntegra:

- 1 – Foi feito intenso esforço pelo diálogo, durante dois anos, e nenhum acordo foi aceito.
- 2 – A prática de ocupações e invasões ilegais e a depredação de bens públicos são inaceitáveis.
- 3 – O governo ofereceu alternativas de habitação que foram recusadas, revelando exclusivo interesse ideológico e político.
- 4 – A decisão foi judicial, cumprida com correção pela Brigada Militar e acompanhada por autoridades do Judiciário,

inclusive pelo oficial de justiça Iuri da Fontoura Vieira, que a tudo acompanhou.

5 – Lastimamos os acontecimentos gerados por quem tem o dever de cumprir e respeitar a lei, de não obstruir o cumprimento de decisões judiciais, e que, a pretexto de defender causas sociais, age para angariar dividendos políticos e midiáticos.

6 – Não vivemos mais tempos de ditadura. Ao contrário, vivemos tempos em que a justiça precisa valer para todos, indistintamente. Não cabe mais a um deputado incitar o descumprimento da lei. Os deputados têm na Assembleia

Legislativa, e nas ações que lá desenvolvem, o palco para suas defesas e manifestações. Não é papel deles incitar e reagir à ordem judicial com violência.

PARLAMENTAR REAGE AO COMUNICADO

Embora não tenha sido citado, o deputado Jefferson Fernandes (PT) condenou a nota como uma afronta ao Legislativo: – Isso é uma leviandade. Uma irresponsabilidade política. Não há limitação (de espaço para ação parlamentar). O deputado trabalha para todo o Estado.



Leia a íntegra da entrevista com o secretário em bit.ly/FabioLanceiros

ANEXO F – T9



POLÍTICA +

Rosane de Oliveira
rosane.oliveira@zerohora.com.br
zerohora.com/rosanedeoliveira
@rosaneoliveira

ZERO HORA
SEXTA-FEIRA,
16 DE JUNHO DE 2017

8

Com Débora Cademartori debora.cademartori@zerohora.com.br 3218-4387

SEQUÊNCIA DE ERROS DEU PALANQUE PARA A OPOSIÇÃO

ALIÁS

Na fracassada negociação com os invasores, o Piratini diz que ofereceu matrícula em escolas próximas ao novo local de moradia, atendimento em posto de saúde e pagamento do chamado "aluguel social".



A falta de moradia é um problema social gravíssimo nas grandes cidades do Rio Grande do Sul. Não atinge apenas as famílias despejadas do prédio histórico que já foi sede do Ministério Público, na esquina das ruas General Câmara e Andrade Neves, na tensa noite de quarta-feira. Por que, então o cumprimento da ordem judicial de desocupação do prédio desencadeou essa guerra política no Rio Grande do Sul? Porque o governo errou, a Brigada Militar exagerou e acabou dando discurso à oposição.

É fato que várias tentativas de negociação com os líderes da "Ocupação Lanceiros Negros" foram feitas, sem sucesso, desde 2015, quando o prédio foi invadido. A mediação fracassou, o governo recorreu ao Judiciário, uma juíza autorizou o despejo, uma desembargadora referendou a ordem, um oficial de Justiça requisitou a força policial para cumpri-la e o resultado virou o principal assunto no feriado de Corpus Christi.

Cumprir ordem de despejo em uma noite de inverno, havendo crianças no prédio, foi o primeiro erro. A própria decisão judicial dizia que isso poderia ser feito

no feriado. Arrastar e algemar o deputado Jefferson Fernandes (PT) foi o segundo problema. As imagens dessa noite de junho serão usadas exaustivamente contra o governo de José Ivo Sartori, que não teve sensibilidade para perceber as consequências da ação.

O problema começou lá atrás, quando o prédio foi desocupado pelo Ministério Público e entregue às baratas, como tantos outros de propriedade do Estado. Sendo patrimônio histórico, deveria ter sido conservado e usado desde logo para abrigar órgãos públicos hoje instalados em salas alugadas. Mas não. Ficou vazio até ser ocupado por famílias sem teto.

A invasão de prédios públicos ou privados não é o caminho para resolver o problema da falta de moradia. Como as políticas habitacionais são precárias em todas as esferas de governo, o resultado é esse: famílias morando em áreas invadidas ou de risco, enquanto o Estado é dono de um sem-número de imóveis que não utiliza porque são inadequados ou porque precisam de reforma. Uma alternativa socialmente justa seria incluir a construção de moradias no programa de permuta que começou com a troca de imóveis por vagas em presídios.



Uma incrível coincidência flagrada pelo repórter Vitor Rosa, da Rádio Gaúcha, expôs a distância entre a propaganda e a realidade.

Funcionários do Supermercado Nacional do bairro Teresópolis, que teve dois caixas eletrônicos arrombados na madrugada, esperaram das 6h30min até as 9h pela chegada de uma viatura da Polícia Civil. A cem metros do local, um aparato composto por quatro carros da Brigada Militar, quatro da Polícia Civil e quatro motocicletas estavam sendo usados na gravação de um vídeo institucional do governo do Estado.

Os veículos, todos novos, passavam pela Avenida Coronel Aparício Borges, onde mais de 20 membros da equipe de

ALMA DO NEGÓCIO

propaganda filmavam a ação com câmeras e até com um drone.

O trânsito chegou a ser parcialmente interrompido no

viaduto que liga a Aparício Borges à Av. Teresópolis. Foi montada uma base de gravações em uma pizzaria próxima. Em nota, o Palácio Piratini disse que que os policiais que participaram das gravações estavam de folga e que o filme é uma uma prestação de contas das ações do governo do Estado na área da segurança. "Comunicar à sociedade como são gastos os recursos dos impostos também é obrigação do governo, que vem trabalhando para garantir uma boa prestação dos serviços públicos", diz a nota.

COM A PALAVRA, O PRESIDENTE

Autor da proposta de criação de uma Auditoria Regional em Osório, o presidente do Tribunal de Contas do Estado, Marco Peixoto, encaminhou carta de 35 linhas à coluna para contestar as críticas à ideia.

Em síntese, o conselheiro diz que o Litoral Norte é atendido pela regional de Porto Alegre, que também atende a Capital e a Região Metropolitana. Sustenta que a intenção é racionalizar o atendimento nas regionais e dar maior eficiência à fiscalização. A seção de Osório terá 12 servidores e será responsável pela auditoria e fiscalização de cerca de 30 municípios.

ANTES DE COMPLETAR SEIS MESES NO CARGO, O PREFEITO NELSON MARCHEZAN RECEBEU DO SINDICATO DAS EMPRESAS DE SERVIÇOS CONTÁBEIS O TROFÉU DESTAQUE GESTÃO PÚBLICA 2017. TRATA-SE DE UMA APOSTA, PORQUE AINDA TEM MUITO ANO E TRABALHO PELA FRENTE.

AQUI É DIFERENTE

O PMDB cedeu a maior parte dos comerciais da propaganda partidária que tem direito neste semestre para o governador José Ivo Sartori falar do que está fazendo no governo.

Sobre a crise ética em que está mergulhado o PMDB, nenhum comentário direto. A propaganda faz apenas uma referência subliminar, ao fechar os comerciais com a frase "PMDB gaúcho: aqui é diferente".

REGRA DE TRANSIÇÃO

Tramita na Assembleia um projeto de lei complementar do deputado Sérgio Turra (PP) para regular a transição de governos municipais e estaduais.

A proposta cria regras para garantir uma transição civilizada tanto no governo estadual quanto nas prefeituras. Turra quer evitar que se repitam casos como os de prefeitos que, ao sair, apagam arquivos e não repassam as informações básicas ao sucessor.

Contra fatos não há argumentos: a FMP é a melhor.

Melhor curso de Direito das Instituições de Ensino Superior privadas conforme conjunto de indicadores do MEC (ENADE, CPC e CC).

Única faculdade privada de Porto Alegre e região metropolitana recomendada pela OAB.

Professores altamente qualificados.

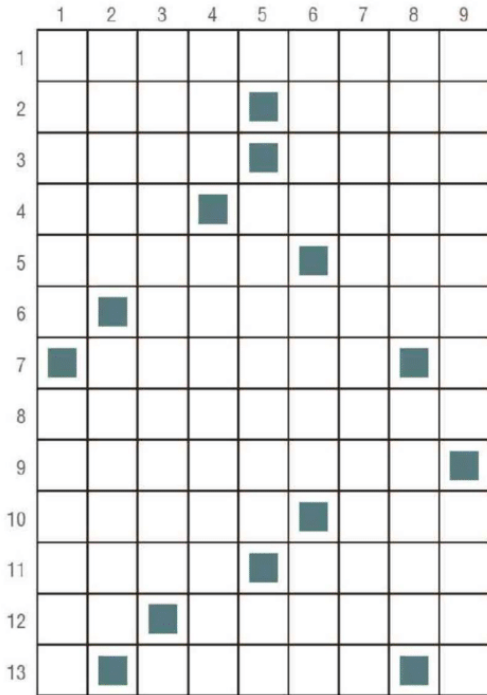
Foco absoluto no Direito.

FMP
Fundação Escola Superior do Ministério Público
SUPERIOR EM DIREITO.

VESTIBULAR DE DIREITO
PROVA 12/07 | FMP.EDU.BR

ANEXO G – T10

Salvar



Direitos reservados de A Recreativa Ltda. Proibida a reprodução sem autorização expressa.

HORIZONTAIS

1. Retirar (tipos)
2. Qualquer vara flexível / Sistema Nacional de Emprego (sigla)
3. Índice Geral de Preços do Mercado / Onomatopéia que imita o choro
4. Possuir para uso / O fundador do Islamismo
5. Essência odorífera / Casa de moradia
6. Uma equipe de F1
7. Lavar areias auríferas com certa gamela de madeira
8. Relativo ao ato ou à técnica de exercitar o corpo, para desenvolvê-lo e fortalecê-lo
9. Ridículo, satânico, como o conselheiro da obra de Eça de Queiroz
10. Xicara de café com leite / Um apelido para Guilherme
11. Em seguida a / Cantora exímia
12. As iniciais do humorista **Santana** / O que é necessário
13. Eliminação, supressão.

VERTICAIS

1. Procurar não encontrar uma pessoa / (Gr.) Vidrado, apaixonado
2. Estar em execução / O braquial forma o mique
3. Inviolado
4. Que não possui / Repetição da letra m em muitas palavras da mesma frase
5. Ar marinho carregado de sal / Imposto de Renda
6. Sarcófago / Palavra dita inoportunamente / Doença Sexualmente Transmissível
7. (Med.) Inflamação simultânea das mucosas nasal e gular
8. Encorajar / Uma hortaliça muito consumida; geralmente acompanha a folhada
9. Mencionado / Palmeira com estipe e pedicéis de que se extraem fibras para obras trançadas.

HORIZONTAIS: 1. Ezequiel, 2. Vinte, SINE, 3. IEPMA, SINA, 4. Tor, Mônica, 5. Amador, 6. Sery, Mônica, 7. Vitor, 8. Gênesis, 9. Inocência, 10. Mônica, 11. Spina, Dora, 12. DCS, Mônica, 13. Cora

VERTICAIS: 1. Ezequiel, 2. Vinte, SINE, 3. IEPMA, SINA, 4. Tor, Mônica, 5. Amador, 6. Sery, Mônica, 7. Vitor, 8. Gênesis, 9. Inocência, 10. Mônica, 11. Spina, Dora, 12. DCS, Mônica, 13. Cora

SOLUÇÃO



DAVID COIMBRA

david.coimbra@zerohora.com.br

ZERO HORA
SEXTA-FEIRA,
16 DE JUNHO DE 2017

39

A desocupação da General Câmara

Assisti ao vivo, pela internet, à desocupação daquele prédio da General Câmara, numa nervosa transmissão do repórter Eduardo Matos, da Gaúcha.

Não foi a primeira ação de reintegração de posse que acompanhei, nessa longa estrada da reportagem. Sei, por isso, que são eventos sempre tristes. Os posseiros, em geral, são pessoas necessitadas e desesperadas. O despejo, em si, é um ato de violência. É uma expulsão, e nenhuma expulsão é macia.

Mas, evidentemente, os proprietários do imóvel têm seus argumentos. No caso, o edifício ocupado é um prédio histórico, em localização nobre, de propriedade do Estado. Ou seja: da coletividade. As autoridades dizem que, se bem usado, o prédio renderia recursos que poderiam ser empregados em benefício de muito mais pessoas do que as 60 famílias invasoras. Além disso, como tornar privada uma propriedade pública? Como dar a 60 famílias um bem que é de milhões?

Cada parte tem seus motivos. Quando isso acontece, como se deve proceder, num Estado democrático de direito?

Aí está um termo que ouço em abundância. Todo mundo fala em Estado democrático de direito e, de fato, o conceito está lá, bem no começo da Constituição de 1988, aquela que Ulysses brandiu da mesa do Congresso, gritando: – Temos ódio da ditadura! Ódio e nojo!

Pois está escrito na Constituição: o Brasil é um Estado democrático de direito.

O que é isso mesmo?

Se você pesquisar, descobrirá que muita filosofia foi pensada e muita história foi vivida até as sociedades modernas alcançarem esse conceito. Mas, para resumir, diria que o Estado democrático de direito é o que tenta promover o equilíbrio entre liberdade e igualdade.

Não se trata de tarefa simples.

Liberdade em excesso gera desigualdade. Mas a igualdade imposta é

inevitavelmente repressora, é assassina das liberdades. O Estado democrático de direito, portanto, tem essa função delicada de regulação. Às vezes, solta um pouco; às vezes, reprime um pouco.

Assim, repito a pergunta: como deve se comportar o Estado democrático de direito em casos pedregosos como o da desocupação da General Câmara?

Ora, quando há duas partes em litígio, ambas com suas razões, é preciso apelar para a Justiça. A função da Justiça é exatamente esta: dirimir conflitos. E se, depois de tomada a decisão, uma das partes resiste em cumprí-la, a Justiça terá de usar seu braço repressivo, que é a polícia.

Foi o roteiro do que aconteceu no centro de Porto Alegre. Quer dizer: foi uma ação legítima. Dentro do Estado democrático de direito.

Mas que importância tem isso para as famílias que ficaram ao relento? De que serve a um pai saber que foi através de instrumentos do Estado democrático de direito que sua família ficou sem teto? Quem passa fome pouco está ligando para a legalidade ou para a justiça. Quem passa fome quer apenas comer.

Essa é a desgraça brasileira. O Brasil é prisioneiro da sua pobreza. A pobreza lança o país em contradições. Como valer-se da legalidade diante de uma criança faminta ou de uma mãe que chora? Como resolver os dramas de todas as mães aflitas e de todas as crianças carentes se o país não oferece a segurança jurídica que permitiria o desenvolvimento e o fim da aflição e da carência?

É uma questão complexa.

Desconfie de quem tem respostas singelas a essas perguntas. Desconfie de quem resume qualquer dilema a uma disputa entre mocinhos e vilões,

ricos e pobres. Desconfie dos grandiloquentes, dos que falam em heroísmo, dos que propagam sua própria superioridade moral. Desconfie. Porque, se nada é tão fácil no mundo, tudo é ainda mais difícil no Brasil.



ANEXO H – T11 e T12

NOTÍCIAS | RETIRADA EM PORTO ALEGRE

ZERO HORA
SÁBADO E DOMINGO,
17 E 18 DE JUNHO DE 2017 22

MLB, O GRUPO QUE LIDERAVA A OCUPAÇÃO

LANCEIROS NEGROS, que organizava as 70 famílias que moravam em prédio público no centro da Capital, é ligado a agremiação presente em quase duas dezenas de Estados

CARLOS ROLLSING
carlos.rollsing@zerohora.com.br

Organização líder da ocupação Lanceiros Negros, desfeita pela Brigada Militar em ação com uso de força na quarta-feira à noite, o Movimento de Lutas nos Bairros, Vilas e Favelas (MLB) é pouco conhecido do público no Rio Grande do Sul. O prédio localizado no encontro das ruas General Câmara e Andrade Neves, no Centro Histórico, foi apenas o primeiro a ser alvo de iniciativa do grupo, ainda novo pelas bandas do Sul. O berço da agremiação é o nordeste do país, mais precisamente Recife, capital de Pernambuco, terra natal de notórios líderes populares, como Francisco Julião.

O MLB é um grupo de atuação nacional que existe há quase 18 anos. Aqui no Rio Grande do Sul, a Lanceiros Negros foi a nossa primeira ocupação, mas agora também estamos ajudando na Recanto da Alegria, no bairro Humaitá, e em uma ocupação em Passo Fundo – explica Priscila Voigt, uma das coordenadoras da organização.

Atualmente, o grupo está espalhado por quase duas dezenas de Estados. Suas principais conquistas foram registradas no Ceará, em Minas Gerais, na Bahia e no Rio Grande do Norte: ocupações foram transformadas em moradias definitivas para famílias a partir de processos de regularização fundiária.

Desde o princípio, o MLB reuniu militantes da causa da habitação popular. Os principais articuladores intelectuais, em geral, são estudantes e acadêmicos, mas os ocupantes dos imóveis são, em maioria, famílias que se encontram em situação de dificuldade para encontrar um teto.

Essa fórmula se repetiu na Lanceiros Negros, criada há 19 meses, ainda em 2015, com a ocupação do prédio de posse do Estado que estava vazio havia mais de uma década. Nos dias atuais, alguns dos líderes locais do MLB são Priscila e Nana Sanches. Ambas têm formação superior. Priscila concorreu a vereadora em Porto Alegre em 2016 pelo PSOL – ficou na suplência –, tendo arrecadado R\$ 1,9 mil para a campanha. Nana é professora de geografia pós-graduada pela UFRGS.

Na base, estiveram cerca de 70 famílias que participaram da ocupação, originárias de áreas periféricas como Morro da Cruz, Lomba do Pinheiro e da região das ilhas das

Flores, da Pintada e dos Marinheiros. Dez famílias de indígenas, muitos deles vendedores de artesanato, também residiam no local. O primeiro a chegar foi um da etnia pataxó, natural da Bahia e radicado no Rio Grande do Sul há sete anos. Também estiveram por lá guaranis e caingangues.

O discurso é de que se há imóvel sem uso, ele pode ser ocupado, cumprindo assim uma “função social”. Nos últimos anos, com a crise econômica e o desemprego, as ocupações urbanas voltaram a se multiplicar na Região Metropolitana.

ENTIDADE PLANEJA CRIAR PARTIDO POLÍTICO

Na política, uma das identidades do MLB é com o Partido Comunista Revolucionário (PCR), de orientação marxista-leninista. A agremiação é pequena e não tem registro no Tribunal Superior Eleitoral (TSE). Embora se identifique como “partido”, não está apta a disputar eleições e funciona mais como organização social. Nas recentes polarizações políticas do país, o PCR chegou a se posicionar ao lado do governo de Dilma Rousseff.

O MLB se dedica atualmente à criação da Unidade Popular pelo Socialismo, partido político em fase de regularização junto ao TSE. Ao lado de outros movimentos sociais, abrangendo causas e raízes diversas, é uma tentativa de fundar nova legenda para disputar os rumos do país – opção feita por grupos de esquerda que não se sentem plenamente representados por siglas tradicionais desse campo ideológico.

– É importante levar a pauta ao parlamento porque hoje estamos carentes. Precisamos de 500 mil assinaturas e, até agora, estamos com 200 mil – explica Priscila.

Embora o MLB procure construir alternativa, na ocupação Lanceiros Negros os moradores encontraram apoio e identificação junto a militantes e lideranças do PSOL, PC do B e PT. Além da sustentação política, pessoas ligadas a essas agremiações também faziam eventualmente doações de mantimentos. O movimento é integrante do Frente Povo Sem Medo, formado durante o processo de impeachment de Dilma. No processo, apesar de ter mantido autonomia, construiu articulações com outros coletivos como o Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST), liderado nacionalmente por Guilherme Boulos.



PT promete acionar Sartori na Justiça

JOSÉ LUIS COSTA
jose.luis.costa@zerohora.com.br

A bancada do PT na Assembleia Legislativa pretende processar o governador José Ivo Sartori (PMDB) por causa da atuação da Brigada Militar na desocupação do prédio do Estado, na noite de quarta-feira, onde viviam 70 famílias ligadas ao Movimento Lanceiros Negros, na esquina das ruas General Câmara e Andrade Neves, no Centro Histórico de Porto Alegre.

Durante a reintegração de posse, policiais militares arremessaram bombas de gás lacrimogêneo e spray de pimenta em um grupo que resistia na entrada do prédio, do qual fazia parte o deputado Jeferson Fernandes (PT). Presidente da Comissão de Direitos Humanos da Assembleia, Fernandes foi agredido com golpes de bastão, algemado e preso por alguns minutos.

– Nossa área jurídica estuda as medidas necessárias. Analisamos todos os erros cometidos. Tudo que for possível fazer juridicamente será feito – afirmou a deputada Stela Farias, líder da bancada do PT no parlamento.

Stela e colegas de partido se dizem revoltados com o desfecho do episódio e com a postura de Sartori de não atender a pedidos dos deputados para uma reunião.

– O governador está rasgando sua trajetória de resistência à ditadura durante os anos 1970 e 1980 ao permitir esse brutal ataque ao parlamento – criticou o deputado Adão Villaverde.

No final da manhã de sexta-feira, Stela, Villaverde e Fernandes, além de colegas da Assembleia e de deputados federais e vereadores do PSOL e do PC do B, participaram de um protesto, acompanhando representantes de movimentos sociais e sindicalistas que pediam a demissão do secretário da Segurança Pública, Cezar Schirmer, ao qual a Brigada Militar está subordinada. Um documento foi assinado pelos parlamentares, criticando a retirada dos moradores do prédio como sendo “truculenta e covarde”.

“Pela forma como foi desencadeada a operação, a qual caracterizamos como extremamente agressiva, que feriu não só as pessoas, os direitos humanos, mas a democracia (...), pedimos a demissão do secretário”, aponta o texto.

ANEXO I – T12 e T13

ZERO HORA
SÁBADO E DOMINGO,
17 E 18 DE JUNHO DE 2017

23

Brigada e grupo divergem sobre molotov e armas caseiras

HUMBERTO TREZZI
humberto.trezzi@zerohora.com.br

Dois dias após uma das mais polêmicas retomadas de prédios invadidos já ocorridas no Estado, detalhes do episódio começam a surgir e provocam nova celeuma. A Brigada Militar (BM) assegura que a Ocupação Lanceiros Negros não era apenas formada por famílias pacíficas, mas por militantes dispostos a resistir com armas caseiras à retirada determinada pela Justiça. A organização que ocupava o prédio nega ter fabricado ou portado esse armamento.

Os PMs que realizaram a retirada das famílias asseguraram ter encontrado, no edifício, 11 garrafas de coquetéis molotov (explosivo caseiro), três galões de cinco litros de combustível, seis caixas com 49 foguetes e rojões que poderiam ser usados como armas e estilingues com bolas de gude.

O “arsenal caseiro” foi levado pelos PMs para o plantão da 2ª Delegacia de Polícia de Pronto Atendimento, no Palácio da Polícia, e apreendido pelo delegado plantonista Maurício Alves de Sampaio. O material será usado como indício para possível instrução de processo criminal contra os ocupantes do prédio, por invasão de prédio público. O arsenal não chegou a ser usado – e a BM reconhece isso. O que os oficiais salientam é que o cerco foi feito à noite para evitar aglomerações, possíveis confusões e, sobretudo, afluxo de outros militantes ao prédio já ocupado pelo Movimento de Luta nos Bairros, Vilas e Favelas (MLB).

A retirada das 70 famílias da Ocupação Lanceiros Negros encontrou resistência dos militantes que ocupavam o prédio. Tanto que alguns foram algemados e detidos, incluindo o deputado estadual Jeferson Fernandes (PT), quando tentava negociar a não retirada dos moradores do edifício. O oficial de Justiça Iuri da Fontana Vieira disse, em seu relato à Polícia Civil, que o parlamentar incitou, ao megafone, os manifestantes a não se retirarem do prédio e, por isso, foi retirado pela BM do local. Jeferson relata ter sido algemado e arrastado pelos policiais.

A versão dos PMs a respeito do armamento é desmentida por Renata Ferraz, uma das coordenadoras do Movimento Lanceiros Negros. Ela negou com veemência a presença dos artefatos no prédio desocupado.

– Isso só pode ter sido plantado lá. Não temos o mesmo porte de maldade deles – acusa ela.

As versões do governo estadual e dos integrantes do MLB, aliás, diferem em tudo. Diversos integrantes do aparato governamental salientam o fato de que vários dos moradores do prédio desocupado eram militantes partidários, e não famílias em situação de miséria. Alguns, inclusive, com carro, destaca um integrante do primeiro escalão do governo Sartori. A ocupação seria comandada por conhecidos ativistas do PSOL, PCR e PT. Já o MLB assegura que a maioria dos ocupantes do prédio é formada por pessoas sem-teto e sem militância.

O governo também assegura que foram feitas duas reuniões com os integrantes da Ocupação Lanceiros Negros na Casa Civil, cinco audiências de conciliação com presença do Ministério Público (MP) e da Justiça Estadual e ainda uma reunião coordenada pela juíza que expediu o mandado de reintegração de posse. E que foram ofertadas inscrições em programas habitacionais. Nenhum acordo surgiu, “os ocupantes do prédio se mostravam irredutíveis”, resume um dos representantes do governo nos encontros.

Já o MLB garante que, em um ano e sete meses de ocupação, não foi recebido pelo chefe da Casa Civil e que jamais foram apresentadas alternativas de habitação para as famílias. Ainda não há local definido para abrigar os que foram retirados do prédio. O clima é de animosidade total. De parte da BM e do MP, há grandes chances de processo criminal contra os invasores do prédio, por esbulho possessório (invasão) e posse de armas artesanais. Já de parte dos partidos de oposição e dos militantes expulsos do edifício, a intenção é processar o governo por agressão da BM.



Manifestantes pediram a saída de Schirmer da Segurança por conta da ação da BM na retirada

A manifestação começou na Rua Duque de Caxias, em frente à Ocupação Mulheres Mirabal, que ampara vítimas de violência doméstica, onde foram acolhidas temporariamente mulheres e crianças despejadas do prédio da Rua General Câmara – os homens foram para casa de parentes. Por mais de uma hora, o trânsito ficou bloqueado em parte da via, enquanto o grupo caminhava em direção ao Palácio Piratini, gritando palavras de ordem como “reforma urbana já”, “ocupar é resistir” e “fora Schirmer”, seguido por um carro de som.

Uma comitiva formada por parlamentares e integrantes de movimentos sociais pretendia entregar a Sartori uma carta solicitando a saída de Schirmer. Mas o governador estava em viagem pelo Interior, e o grupo foi recebido pelo secretário-adjunto da Casa Civil, José Guilherme Kliemann. Ao final da reunião, deputados do PT deixaram o Piratini reclamando de “falta de consideração” de Sartori em não recebê-los.

Quase em paralelo, o secretário recebeu um ofício do presidente da Assembleia, Edegar Pretto (PT), que deseja uma reunião com Sartori. No texto, Pretto afirma que “não houve o mínimo respeito aos direitos fundamentais de cidadãs e cidadãos brasileiros e ao livre exercício das prerrogativas parlamentares”.

A posição do Piratini

O que disse o secretário-adjunto da Casa Civil, José Guilherme Kliemann, sobre ação judicial contra Sartori pretendida pela bancada do PT

Temos relatos de que houve exaustivas tentativas de buscar uma negociação pacífica, mas havia agitação de cunho político fora do prédio. E, lá dentro, foi apreendido material perigoso (bombas caseiras, foguetes e estilingues e bolas de gude) que demonstra não haver desejo de uma desocupação tranquila.

Sobre queixas dos deputados por não terem sido recebidos por Sartori

É uma pena. Não houve falta de respeito. Nada foi pré-agendado e não é assim que funcionam a Assembleia, o Piratini. Precisa de um certo protocolo. O governador está fora da Capital, os secretários com agenda no Interior. Vou encaminhar os documentos ao governador na segunda-feira.

Sobre a busca de um local para acomodar as famílias despejadas

Existe um déficit de 45 mil moradias na Grande Porto Alegre. O Estado não pode, por si só, priorizar moradia imediata para essas pessoas. É um problema que o Estado tem de resolver a partir de uma política ajustada com a União e os municípios.



Policiais militares dizem ter encontrado coquetel molotov e armas caseiras em edifício

ANEXO J – T14

NOTÍCIAS | POLÍTICA

ZERO HORA
TERÇA-FEIRA,
20 DE JUNHO DE 2017 10

Sartori recebe Preto após detenção de deputado

EPISÓDIO OCORREU NA REINTEGRAÇÃO de posse da ocupação Lanceiros Negros e gerou desconforto entre Piratini e Assembleia

ANDERSON AIRES
anderson.aires@zerohora.com.brDÉBORA CADEMARTORI
debora.cademartori@zerohora.com.br

Apedido do presidente da Assembleia, o governador José Ivo Sartori recebeu ontem, no Palácio Piratini, o deputado Edegar Preto (PT) para conversar sobre os métodos adotados durante a reintegração de posse na ocupação Lanceiros Negros, quarta-feira passada, no centro de Porto Alegre. Na ocasião, o deputado Jefferson Fernandes (PT) foi preso pela Brigada Militar (BM).

O episódio causou desconforto entre os dois poderes. Ao governador, Preto disse que "a Assembleia Legislativa foi afrontada", porque um membro seu, o presidente da Comissão de Direitos Humanos, em pleno exercício do mandato, foi preso. Afirmou que a resistência durante a desocupação é prerrogativa do parlamentar e que o episódio não se enquadra como disputa entre oposição e situação.

– Ele foi preso, algemado, colocado em um camburão e depois, sem nenhum respeito aos protocolos que dizem respeito a uma questão como essa, largaram o deputado Jefferson em frente ao Theatro São Pedro – relatou o presidente da Assembleia, que co-



Governador e presidente do Legislativo (D) conversaram sobre métodos adotados durante ação

brou de Sartori explicações e responsabilização pelo atos que considerou "falhos".

O governo do Estado e o oficial de Justiça responsável pelo despejo afirmam que o deputado não foi preso, mas contido para a "manutenção de sua própria segurança" e liberado logo em seguida.

O chefe da Casa Civil, Fábio Branco, reafirmou que, por um ano e meio, o governo negociou por diversas vezes com os ocupantes do prédio. Disse, também, amparado pelo auto de reintegração protocolado no Foro Central da Capital, que o Conselho Tutelar acompanhou a ação, ao contrário do que diziam os deputados da

bancada de oposição da Assembleia.

Ressaltando seu histórico pessoal de defesa da democracia, o governador respondeu a Preto que a BM está fazendo todas as averiguações do procedimento e comprometeu-se a informar o resultado quando a análise foi concluída.

DECISÃO DE DETER PARLAMENTAR PARTIU DA BM, DIZ ASSOCIAÇÃO

Ontem, o presidente da Associação dos Oficiais de Justiça do RS (Abojeris), Jean Gonçalves, afirmou que a decisão de deter Fernandes durante a desocupação partiu da

BM após o parlamentar instigar os manifestantes que trancavam a entrada do prédio.

– Os oficiais não mandam na polícia. A polícia tem comando – disse Gonçalves em entrevista coletiva.

Conforme o dirigente, os oficiais de Justiça presentes na reintegração de posse pediram a desobstrução da entrada do edifício, o que originou a investida da BM contra os participantes do ato, que tentavam impedir o cumprimento da ordem judicial.

No dia da desocupação, o comandante do policiamento da Capital, coronel Jefferson Jacques, afirmou que a BM deteve o deputado após decisão de um oficial de Justiça. O presidente da Abojeris defendeu a ação dos oficiais e destacou que a BM não prendeu o deputado, apenas o deteve por instigar os manifestantes. Outras cinco pessoas foram presas por desobediência e agressões aos brigadianos.

A coletiva ocorreu antes da entrega do auto e da certidão da reintegração de posse ao Tribunal de Justiça do Estado (TJ-RS). Os cinco oficiais que participaram da ação estavam presentes, mas não participaram da conversa com os jornalistas nem foram identificados para manter a "discrição" sobre o processo, com base na lei, de acordo com Gonçalves.

No entendimento do presidente da Abojeris, não houve falhas na operação.

Na cidade somos todos pedestres.

O carro dos seus sonhos com condições exclusivas.

C 180 ff Avantgarde

Taxa 0%

Condições válidas para o modelo C 180 Avantgarde 7G-Tronic 0km da marca Mercedes-Benz, ano/modelo 17/17. Preço à vista de R\$ 166.900,00. Frete incluso para retirada no concessionário onde foi efetuada a compra. Financiamento com 60% de entrada mínima igual a R\$ 100.140,00. Prazo total de 18 meses. Desconto parcelas mensais fixas no valor de R\$ 3.844,91. Taxa de 0% ao mês, correspondente a 0% ao ano. Operação de CDC (Crédito Direto ao Consumidor). CET máximo de 4,75% nestas condições. IOF e TC incluso na taxa CET. Valor total a pagar com o financiamento: R\$ 169.384,38. Qualquer alteração de valores ou alíquota de tributos alterará a parcela calculada. Operação sujeita à aprovação de crédito. Promoção válida até 30/06/2017 ou enquanto durar o estoque de 05 unidades. Preço sujeito a variações de ICMS conforme legislação do Estado. SAC 0800 722 8499. Ouvidoria: opção 5. Atendimento exclusivo para deficientes auditivos e/ou de fala: 0800 722 8490. Site: www.banco-mercedes-benz.com.br

POA Nilo Peçanha, 3410 - 51.33781500
POA Penha Franca, 407 - 51.30237800
CAVNAS Cirilo Ruzzarin, 733 - 54.32121700
R. FUNDO Brasil Oeste, 3480 - 54.30667001
R. José do Patrocínio, 550 - 53.35814111

Savarauto
Para quem entende o melhor

MercedesBenzBrasil | SavarautoOficial | Savarauto

ANEXO K – T14



CAMPO ABERTO

Gisele Loeblein
gisele.loeblein@zerohora.com.br
zerohora.com/giseleloeblein
3218-4709

ZERO HORA
TERÇA-FEIRA,
20 DE JUNHO DE 2017 **13**

JBS E BRF QUESTIONAM NECESSIDADE DE RESPONSÁVEL TÉCNICO

Em tempos de discussão do modelo de inspeção sanitária gaúcha, duas gigantes do setor de proteína animal estão brigando na Justiça para serem dispensadas da obrigação de terem um responsável técnico nas unidades localizadas no Rio Grande do Sul.

JBS e BRF têm ações contra o Conselho Regional de Medicina Veterinária do Estado (CRMV-RS), que faz o registro das indústrias e tem função de fiscalizar a atuação do profissional.

A entidade recorreu da decisão do Superior Tribunal de Justiça (STJ), que aceitou pedido das empresas – feito em processos distintos. Isso depois de duas decisões, em primeiro e segundo graus, pela manutenção da exigência.

– A função deve ser exercida por médico veterinário, é o que determina a lei. Se a decisão for mantida, vai tirar quem cuida das boas práticas da companhia. É a mesma coisa que retirar um farmacêutico que é responsável técnico na fabricação

de medicamentos – compara Rodrigo Lorenzoni, presidente do CRMV-RS.

O argumento utilizado pelas empresas nos processos é o de que não haveria necessidade do responsável técnico porque já existem fiscais agropecuários que fazem a inspeção e a fiscalização dos produtos.

Consultadas pela coluna, JBS e BRF informaram, por meio de nota, que não comentam ações em andamento.

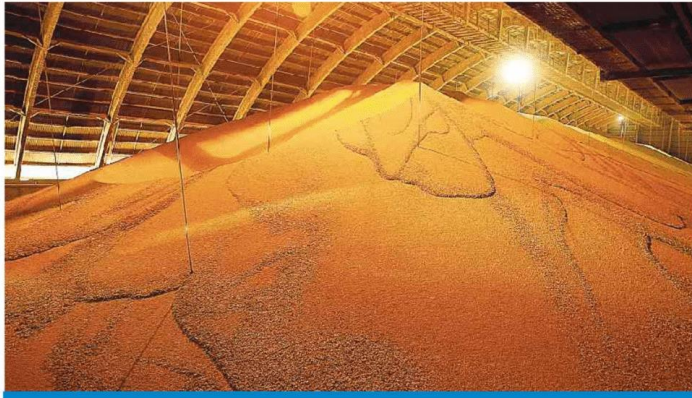
No Estado, as duas marcas teriam, respectivamente, 34 e 35 estruturas em que

a figura do responsável técnico é exigida.

Lorenzoni rechaça que o conselho tenha postura corporativista em relação ao tema: – São apenas 69 vagas de emprego.

É uma questão de saúde pública.

Quando se trata da segurança alimentar, todo e qualquer cuidado é pouco. Operações recentes feitas dentro e fora do Rio Grande do Sul, pelo Ministério Público e pela Polícia Federal, mostram que há brechas no processo e que, nestes casos, melhor pecar pelo excesso do que pela falta de zelo.



A supersafra de soja colhida neste ano no Rio Grande do Sul colocou em evidência a necessidade de investimento em estruturas de armazenagem. Com volume tão grande produzido, silos ficaram cheios e teve grão até mesmo sendo colocado a céu aberto.

Para reverter esse quadro, cooperativas, cerealistas e produtores rurais estão buscando financiamentos. Levantamento do BRDE mostra que somente as cooperativas deverão fechar, até agosto, contratos que somam R\$ 75,84 milhões, valor maior

MAIS ESPAÇO

do que os R\$ 65 milhões obtidos durante todo o ano de 2016.

– Para o pequeno produtor, a forma cooperativada garante a armazenagem – observa Odacir Klein, diretor-presidente do BRDE.

A Cooperativa Agropecuária de Júlio de Castilhos (Cotrijuc), na Região Central, foi uma das que buscou crédito para melhorias no recebimento de grãos.

– Tínhamos capacidade de fluxo

de 220 toneladas por hora, estamos passando para 340 toneladas por hora – explica Caio Vianna, presidente da cooperativa.

Com o investimento, a ideia é aumentar até 15% a capacidade de armazenagem. Hoje, é de 168 mil toneladas. Neste ano, foi movimentado volume quase quatro vezes maior do que isso.

Outros R\$ 93,54 milhões serão financiados por cerealistas e produtores, até agosto, para melhorias de estruturas de armazenagem – no ano passado, a soma era de R\$ 89,43 milhões.

NO RADAR

A proposta de modificação do Fundoleite feita pela Ocergs será debatida amanhã, em reunião da Frente Parlamentar do Cooperativismo (Frecoop) da Assembleia Legislativa. A ideia é reduzir em 90% o pagamento feito pelas indústrias e cortar de 18 para sete o número de integrantes do conselho gestor do fundo.



ARROZ NA MIRA

Os roubos a caminhões carregados de arroz em estradas brasileiras estão preocupando a Associação Brasileira das Indústrias de Arroz (Abiarroz). Só no primeiro trimestre deste ano, 500 mil toneladas do produto foram levadas.

Segundo a diretora-executiva da entidade, Andressa Silva, o maior número de casos ocorre no Rio de Janeiro – triplicaram de 2011 para 2016, quando somaram 9,87 mil registros:

– As empresas têm de pagar frete mais alto, seguro. Fala-se até em desabastecimento do produto no Rio porque há transportadoras que já não fazem mais rota para lá.

R\$ 1 milhão

foi o prejuízo das empresas com os roubos de caminhões carregados de arroz, só nos primeiros três meses do ano, segundo a Abiarroz.

PENTE-FINO

A Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) começou ontem a fiscalizar cooperativas e produtores que participaram de leilões de Prêmio de Escoamento da Produção (PEP) e de Prêmio Equalizador Pago ao Produtor (Pepr) de trigo. O objetivo é checar se as regras dos editais foram cumpridas. A ação vai até 14 de julho. No país, serão 18 cooperativas e 245 produtores. No RS, três cooperativas e 71 produtores (PEP) e 15 cooperativas e 79 produtores (Pepr).

HÁ RECLAMAÇÃO DA DEMORA NO PAGAMENTO DOS PRÊMIOS DE LEILÕES DE TRIGO. A CONAB DIZ QUE ESTÃO NO PRAZO LEGAL DE 90 DIAS. DOS R\$ 14,4 MILHÕES DE PEP, R\$ 5,7 MILHÕES FORAM PAGOS. E DOS R\$ 157,8 MILHÕES DE PEPR, R\$ 14,3 MILHÕES.

CAMINHÃO DA POLÊMICA

A ação de despejo das famílias da ocupação Lanceiros Negros, no centro da Capital, segue rendendo controvérsias. O fato de um caminhão da Emater ter sido utilizado (na foto) levou a um acalorado debate nas redes sociais.

– Solicitamos explicações. Não é finalidade da Emater despejar pessoas – argumenta Osvaldo Guadagnin, diretor do Sindicato dos Empregados em Empresas de Assessoramento, Perícias, Informações e Pesquisas e de

Fundações Estaduais (Semapi). Presidente da Emater, Clair Kuhn diz que houve uma solicitação da subchefia da Casa Civil de auxílio para transportar indígenas:

– Esse é um público atendido pela Emater. Não estávamos botando ninguém para rua, estávamos levando os indígenas.

Segundo Kuhn, só um caminhão e um motorista foram enviados. Ele levou os caingangues até a Parada 25 da Lomba do Pinheiro, na zona leste de Porto Alegre, alega o presidente.

